

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO: MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO: JUIZ DE FORA

## **Relatório Anual de Gestão 2022**

IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI  
Secretário(a) de Saúde

## Sumário

### 1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

### 2. Introdução

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

### 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

### 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

### 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

### 7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

### 8. Execução Orçamentária e Financeira

- 8.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 8.2. Indicadores financeiros
- 8.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 8.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 8.5. Covid-19 Repasse União
- 8.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 8.7. Covid-19 Repasse Estadual

### 9. Auditorias

### 10. Análises e Considerações Gerais

### 11. Recomendações para o Próximo Exercício

---

## 1. Identificação

### 1.1. Informações Territoriais

UF	MG
Município	JUIZ DE FORA
Região de Saúde	Juiz de Fora
Área	1.436,85 Km²
População	577.532 Hab
Densidade Populacional	402 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 15/03/2023

### 1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA DE SAUDE DE JUIZ DE FORA
Número CNES	6823106
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	18338178000102
Endereço	RUA HALFELD 1400
Email	secretariadesaude@pjf.mg.gov
Telefone	(032)36907474

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/03/2023

### 1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMI O
Secretário(a) de Saúde em Exercício	IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI
E-mail secretário(a)	secretariadesaude@pjf.mg.gov.br
Telefone secretário(a)	3236908387

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/03/2023

### 1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	12/1989
CNPJ	18.338.178/0001-02
Natureza Jurídica	MUNICIPIO
Nome do Gestor do Fundo	Ivan Charles Fonseca Chebli

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/03/2023

### 1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/05/2022

### 1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Juiz de Fora

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade	
BELMIRO BRAGA		392.319	3422	8,72
CHIADOR		252.346	2657	10,53
CHÁCARA		152.874	3216	21,04
CORONEL PACHECO		130.287	3095	23,76
EWBANK DA CÂMARA		103.844	3932	37,86

GOIANÁ	153.229	4014	26,20
JUIZ DE FORA	1436.85	577532	401,94
MATIAS BARBOSA	156.728	14626	93,32
PIAU	191.378	2719	14,21
RIO NOVO	207.559	8964	43,19
SANTANA DO DESERTO	182.207	3985	21,87
SIMÃO PEREIRA	134.676	2621	19,46

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

### 1.7. Conselho de Saúde

<b>Instrumento Legal de Criação</b>	LEI	
<b>Endereço</b>	Rua Batista de Oliveira	
<b>E-mail</b>		
<b>Telefone</b>		
<b>Nome do Presidente</b>	Regina Celia de Souza	
<b>Número de conselheiros por segmento</b>	<b>Usuários</b>	51
	<b>Governo</b>	14
	<b>Trabalhadores</b>	16
	<b>Prestadores</b>	14

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

### 1.8. Casa Legislativa

#### 1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

26/05/2022

#### 2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

29/09/2022

#### 3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

15/02/2023

#### • Considerações

##### 1. Identificação

No período vigente a este relatório ocorreu a alteração no cargo de Secretário de Saúde. Atualmente, Ivan Charles Fonseca Chebli está na pasta, mas, a médica Ana Cristina de Lima Pimentel esteve nomeada até a data de 04/02/2022. Reiteramos também a nomeação da composição de membros do Conselho Municipal de Saúde para o Biênio 01/05/2022 a 01/05/2024, cuja Presidente eleita foi a Sra. Regina Célia de Souza, conforme informado no primeiro quadrimestre através do Decreto N. 15.187 de 27 de abril de 2022.

No cargo de Secretário Adjunto de Saúde ocorreram duas alterações. Ana Luísa Afonso Guimarães foi nomeada até 05/02/2022 e em 29/07/22 foi nomeado o novo secretário da pasta, Leonardo Francisco de Azevedo.

Link para consulta: [https://www.pjf.mg.gov.br/e\\_atos/e\\_atos\\_vis.php?id=97301](https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=97301) Em 31/01/2023, foi nomeada Mirelly Vasconcelos Cardoso para o cargo. Link para consulta: [https://www.pjf.mg.gov.br/e\\_atos/e\\_atos\\_vis.php?id=103236](https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=103236)

## 2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

### 2. Introdução

A Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora (SMS/PJF) apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG) relativo às ações e serviços de saúde do Município de Juiz de Fora/ MG no período de Janeiro a dezembro de 2022. Conforme a Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, Portaria nº. 2135, de 25 de setembro de 2013, do Ministério da Saúde, que estabelecem as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e, o artigo Nº 36, da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, garantindo o dinamismo necessário ao planejamento através do monitoramento e o acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde de 2022, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 533/2021.

Os instrumentos para o planejamento e a gestão de saúde no âmbito do SUS são o Plano de Saúde, as respectivas Programações Anuais de Saúde e os relatórios de gestão, Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e Relatório Anual de Gestão. Esses instrumentos interligam-se sequencialmente, compondo um processo cíclico de planejamento para operacionalização integrada, solidária e sistêmica do SUS. São desenvolvidos de forma contínua, articulada e integrada e devem ser alinhados e compatibilizados aos instrumentos de planejamento e orçamento de governo, Plano Plurianual de Ação Governamental, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. O planejamento do SUS requer uma construção participativa, ascendente e Inter setorial, para ser utilizado como instrumento estratégico para a gestão, possibilitando o seu monitoramento e a avaliação das ações e serviços públicos de saúde.

Este relatório busca descrever as atividades realizadas no ano de 2022 e é organizado em dez capítulos, sendo a ficha de identificação já apresentada no primeiro capítulo e o segundo capítulo se refere a esta introdução. No terceiro capítulo são apresentados dados demográficos e de morbimortalidade de forma a indicar a concentração da população de Juiz de Fora por faixas etárias, além de realizar breve análise da situação de saúde, com a demonstração das principais causas de internação e grupos de causas de mortalidade.

No quarto capítulo são apresentados dados da oferta e da produção de serviços de saúde dos quatro primeiros eixos constituídos na Programação Anual de Saúde 2022: Eixo I - Atenção Primária: Saúde da Família e Comunidade, Eixo II - Promoção e Vigilância em Saúde, Eixo III - Atenção Secundária e Serviços Contratados e Eixo IV - Urgência, Emergência e Atendimento Hospitalar, a fim de retratar as atividades e resultados alcançados no ano de 2022.

No quinto capítulo são listadas as unidades físicas que compõem a Rede SUS-JF, incluindo unidades próprias da rede municipal e conveniadas da rede estadual, federal, entidades filantrópicas e privadas. Já no sexto capítulo são apresentadas as informações relevantes relacionadas aos profissionais trabalhadores da REDE SUS. O sétimo capítulo apresenta os resultados de indicadores da Programação Anual de Saúde de forma a acompanhar a execução das metas ao longo de 2022.

No oitavo capítulo, por sua vez, trata da Pactuação Inter federativa que no ano de 2021 foi descontinuada, não havendo dados lançados neste capítulo. No nono capítulo são abordados os dados sobre execução orçamentária e financeira. No décimo capítulo, são apresentadas as auditorias realizadas ou que estão em fase de execução relativas ao ano 2022 e no décimo primeiro capítulo, são expostas análises e considerações gerais sobre a gestão da saúde no município. Ressalta-se que algumas informações contidas no DIGISUS não refletem a nossa base de dados locais tendo em vista que nem todos os dados de produção e indicadores migram para ao mesmo tempo para a base de dados do DIGISUS, uma vez que, ainda não há um sistema que integre em nível nacional e estadual os diversos dados que advém de bases dos sistemas oficiais.

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

#### 3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	15385	14671	30056
5 a 9 anos	15722	15102	30824
10 a 14 anos	16843	16282	33125
15 a 19 anos	18979	18635	37614
20 a 29 anos	43473	43658	87131
30 a 39 anos	44732	47464	92196
40 a 49 anos	38143	42865	81008
50 a 59 anos	33471	40344	73815
60 a 69 anos	26065	34955	61020
70 a 79 anos	13142	20235	33377
80 anos e mais	5926	11440	17366
<b>Total</b>	<b>271881</b>	<b>305651</b>	<b>577532</b>

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 16/03/2023.

#### 3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
JUIZ DE FORA	6516	6458	6043

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 16/03/2023.

#### 3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1435	1633	2131	5627	1940
II. Neoplasias (tumores)	3482	3654	3331	3280	3494
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	293	261	176	155	205
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	904	781	594	518	703
V. Transtornos mentais e comportamentais	860	914	702	820	801
VI. Doenças do sistema nervoso	1191	890	522	574	721
VII. Doenças do olho e anexos	333	391	228	198	248
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	74	92	35	28	66
IX. Doenças do aparelho circulatório	4283	4271	3950	3726	4408
X. Doenças do aparelho respiratório	2841	2800	1571	1263	2676
XI. Doenças do aparelho digestivo	3073	2715	1834	2002	2913
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	894	728	514	593	776
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1000	840	507	578	898
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2560	2341	1786	1712	2507
XV. Gravidez parto e puerpério	5399	5246	5077	4389	4354
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	895	932	969	849	1001
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	302	216	156	223	218
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	419	367	315	344	429
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	3944	4110	3432	3736	4407
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	1292	1363	924	945	1329

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35474</b>	<b>34545</b>	<b>28754</b>	<b>31560</b>	<b>34094</b>

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 16/03/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

### 3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	262	300	783
II. Neoplasias (tumores)	800	773	795
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	27	22	15
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	191	234	235
V. Transtornos mentais e comportamentais	98	101	110
VI. Doenças do sistema nervoso	166	213	162
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	889	964	985
X. Doenças do aparelho respiratório	522	601	497
XI. Doenças do aparelho digestivo	197	209	171
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	38	32	20
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	64	61	61
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	174	187	192
XV. Gravidez parto e puerpério	6	3	2
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	44	55	35
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	28	18	35
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	364	409	477
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	310	284	285
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4180</b>	<b>4466</b>	<b>4860</b>

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 16/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

#### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Com base na análise dos dados demográficos de Juiz de Fora, tecemos algumas considerações:

- Na faixa etária de 0 a 19 anos, observamos o número de população masculina maior do que a população feminina;
- Na faixa etária de 20 a 80 anos, observamos uma inversão. Nota-se a população feminina maior do que a masculina.
- Observando a planilha, a população masculina e feminina de Juiz de Fora na faixa etária de 20 a 59 anos representa 57,85% da população total do município. Sendo assim, é necessário investimentos na educação, saúde e mercado de trabalho.
- Na faixa etária de 60 a 80 anos (masculina e feminina), a população representa 19% da população total do município. É notável aumento da população idosa, o que repercute na maior procura nos serviços da saúde e as necessidades de investimentos para a criação de atividades.

Em relação aos Nascidos Vivos, em Juiz de Fora, bem como no Brasil tem sido observada a diminuição do número de nascidos vivos nos últimos anos. Essa queda pode ser atribuída a melhoria nas condições de educação, planejamento familiar e utilização de métodos contraceptivos. Os dados de natalidade de Juiz de Fora fornecidos para a elaboração dos relatórios trimestrais são acessados diretamente na base de dados do SINASC a fim de possibilitar uma informação atualizada, porém prévia, sujeita a alterações substanciais, considerando os prazos legais para a alimentação do sistema, retroalimentação, verificação de duplicidades e inconsistência.

Através da nossa base de dados do SINASC, identificamos no ano de 2022 em Juiz de Fora o total de 5.529 nascimentos, destes, 2.927 de partos cesárea e 2.305 partos do tipo vaginal. Sendo: - 623 nascidos vivos de mães com menos de 20 anos - 2.357 nascidos vivos de mães entre 21 e 30 anos - 1.206 nascidos vivos de mães de 35 anos ou mais

Em relação às internações, de acordo com os dados disponíveis no TABNET, os principais grupos de causas até 2019 eram Gravidez, Parto e Puerpério, Doenças do Aparelho Circulatório, Causas externas e Neoplasias. A partir de 2020, devido à pandemia de COVID-19, podemos observar o aumento das internações por Doenças Infecciosas e parasitárias dentre os grupos das principais causas de internação, passando de 8ª em 2019 para 6ª causa em 2020 e se tornando a principal causa de internação em 2021.

As doenças do aparelho circulatório, neoplasias e causas externas vinham sendo as principais causas de óbitos na população residente em Juiz de Fora. A partir de 2019, devido à pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo dos óbitos por Doenças Infecciosas e Parasitárias que passou a ser a 3ª causa mais frequente nos anos de 2019 e 2020 e a principal causa em 2021.

No ano de 2022, a partir de dados extraídos pelo Sistema de Informação de Mortalidade, o município de Juiz de Fora registrou 5.038 óbitos. De acordo com as declarações de óbitos recebidas e qualificadas pela Supervisão de Doenças e Agravos não Transmissíveis da Subsecretaria de Vigilância em Saúde foram indicadas como causas básicas principais:

<b>Mortalidade - Causas principais por Categoria CID-10</b>	
<b>2022</b>	<b>Total de óbitos</b>
Neoplasia maligna dos brônquios ou pulmões, não especificado	89
Doença de Alzheimer não especificada	118
Infecção do trato urinário de localização não especificada	137
Acidente vascular cerebral, não especificado como hemorrágico ou isquêmico	137
Infarto agudo do miocárdio não especificado	147
Septicemia não especificada	190
Hipertensão essencial (primária)	201
Pneumonia não especificada	216
Infecção por coronavírus de localização não especificada	237
Outras causas mal definidas e as não especificadas de mortalidade	457
<b>Total de óbitos: 5.038 óbitos</b>	



#### 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

##### 4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	206.437
Atendimento Individual	299.849
Procedimento	324.083
Atendimento Odontológico	7.443

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

##### 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	13	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	16552	1302641,41	37	47047,23
03 Procedimentos clínicos	163635	893547,96	21521	46581240,92
04 Procedimentos cirúrgicos	13238	351398,15	12446	39318040,90
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	3	736,80	683	10485987,73
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	41	467,50	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>193482</b>	<b>2548791,82</b>	<b>34687</b>	<b>96432316,78</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)  
Data da consulta: 16/03/2023.

##### 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	32124	3393,53
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	782	181671,65

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)  
Data da consulta: 16/03/2023.

##### 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	233666	159514,16	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4097185	27013012,37	56	55525,34
03 Procedimentos clínicos	3306220	58048655,03	26931	53043387,31
04 Procedimentos cirúrgicos	178549	3082957,83	21470	60628485,21
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	19387	5249483,09	709	10869018,38
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	45956	6653008,86	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7880963</b>	<b>100206631,34</b>	<b>49166</b>	<b>124596416,24</b>

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)  
Data da consulta: 16/03/2023.

#### 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

#### 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	5297	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	10799	-
<b>Total</b>	<b>16096</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 16/03/2023.

#### • Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS


##### 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

As informações da produção dos serviços de saúde do município de Juiz de Fora são extraídas de bases oficiais, como o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), o Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS) e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), que expressam aspectos relativos à Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, entre outros.

##### 4.1. Produção de Atenção Básica

A Atenção Básica é a principal porta de entrada e a articuladora do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde. O município conta com 4 Equipes de Atenção Primária (eAP), 102 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 1 Equipe de Consultório na Rua (eCR) financiadas pelo Ministério da Saúde.

No município de Juiz de Fora, a alimentação da produção da APS ocorre pelo e-SUS AB, sendo necessário que os dados de produção das equipes de saúde sejam enviados dentro dos prazos estabelecidos em portaria pelo Ministério da Saúde. Anexamos o relatório de resumo de produção extraído do e-SUS AB:



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

FILTROS: Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 | Unidade de saúde: Todos | Equipe: Total | Profissional: Todos | CBO: Todos

Relatório de resumo de produção - Série histórica

Cadastros	01/2022	02/2022	03/2022	04/2022	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	Total
Cadastro domiciliar e territorial	4.321	1.881	2.002	1.505	2.884	1.897	2.072	2.718	1.262	1.007	1.206	846	23.601
Cadastro individual	10.371	5.289	5.520	3.264	5.980	5.034	5.343	4.544	3.464	3.054	2.318	3.088	59.269
<b>Total</b>	<b>14.692</b>	<b>7.170</b>	<b>7.522</b>	<b>4.769</b>	<b>8.864</b>	<b>6.931</b>	<b>7.415</b>	<b>9.262</b>	<b>4.726</b>	<b>4.061</b>	<b>3.524</b>	<b>3.934</b>	<b>82.870</b>

Produção	01/2022	02/2022	03/2022	04/2022	05/2022	06/2022	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	Total
Atendimento domiciliar	871	1.120	1.456	1.296	1.468	1.640	1.698	1.795	1.794	1.909	1.936	1.825	18.808
Atendimento individual	28.961	23.285	25.245	24.601	33.985	27.476	27.893	35.435	32.183	35.055	29.102	29.365	352.586
Atendimento odontológico individual	1.101	1.207	1.406	1.630	2.179	2.020	1.867	2.711	2.174	2.211	1.674	2.001	22.211
Atividade coletiva	155	184	383	355	500	492	437	610	548	534	444	417	5.059
Avaliação de elegibilidade e admissão	48	133	115	109	136	112	84	79	83	60	67	100	1.126
Marcaadores de consumo alimentar	39	30	142	155	107	79	56	98	496	555	402	113	2.272
Procedimentos individualizados	27.887	23.886	27.882	24.861	34.300	29.295	30.767	36.128	35.202	37.744	32.683	34.219	376.854
Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vacinação	32.040	20.143	17.929	16.803	17.642	17.407	13.575	12.514	7.181	5.682	7.174	6.001	174.091
Visita domiciliar e territorial	19.927	18.676	16.012	19.013	27.193	19.218	16.373	32.174	24.652	20.029	16.061	14.465	243.793
<b>Total</b>	<b>111.029</b>	<b>88.664</b>	<b>90.570</b>	<b>88.823</b>	<b>117.510</b>	<b>97.739</b>	<b>92.750</b>	<b>123.544</b>	<b>104.313</b>	<b>103.779</b>	<b>89.543</b>	<b>88.536</b>	<b>1.194.800</b>

Salienta-se que os dados do SISAB podem divergir dos produzidos no e-SUS tendo em vista a exclusão de glosas da produção. Desta forma, segue relatório extraído do SISAB para comparação:

Município	Atendimento Individual	Atendimento Odontológico	Procedimento	Visita Domiciliar
JUIZ DE FORA	328.067	8.243	357.263	220.269

Visando a qualificação dos dados, a

gestão da Secretaria de Saúde tem priorizado inúmeras ações com o objetivo de melhorar o processo de trabalho das equipes de Saúde da Família (eSF), desde treinamentos para uso do sistema até a instalação de novos computadores. Das 63 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, 65,07% já utilizam o Prontuário Eletrônico do Cidadão, que consiste em um sistema que amplia a integração e a gestão do cuidado pelos profissionais, tendo como objetivo principal apoiar o processo de informatização das UBS. As demais UBS utilizam a Coleta de Dados Simplificado (CDS), sistema de transição/contingência, que apoia o processo de coleta de dados por meio de fichas e sistema de digitação, principalmente utilizado pelas UBS com cenários sem informatização.

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Cadastro domiciliar e territorial	4.321	1.881	2.002	1.505	2.884	1.897	2.072	2.718	1.262	1.007	1.206	846	23.601
Cadastro individual	10.371	5.289	5.520	3.264	5.980	5.034	5.343	4.544	3.464	3.054	2.318	3.088	59.269
<b>Total</b>	<b>14.692</b>	<b>7.170</b>	<b>7.522</b>	<b>4.769</b>	<b>8.864</b>	<b>6.931</b>	<b>7.415</b>	<b>9.262</b>	<b>4.726</b>	<b>4.061</b>	<b>3.524</b>	<b>3.934</b>	<b>82.870</b>

Descrição	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22	07/22	08/22	09/22	10/22	11/22	12/22	Total
Atendimento domiciliar	871	1.120	1.456	1.296	1.468	1.640	1.698	1.795	1.794	1.909	1.936	1.825	18.808
Atendimento individual	28.961	23.285	25.245	24.601	33.985	27.476	27.893	35.435	32.183	35.055	29.102	29.365	352.586
Atendimento odontológico individual	1.101	1.207	1.406	1.630	2.179	2.020	1.867	2.711	2.174	2.211	1.674	2.001	22.211
Atividade coletiva	155	184	383	355	500	492	437	610	548	534	444	417	5.059
Avaliação de elegibilidade e admissão	48	133	115	109	136	112	84	79	83	60	67	100	1.126

Descrição	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22	07/22	08/22	09/22	10/22	11/22	12/22	Total
Marcaadores de consumo alimentar	39	30	142	155	107	79	56	98	496	555	402	113	2.272
Procedimentos individualizados	27.887	23.886	27.882	24.861	34.300	29.295	30.767	36.128	35.202	37.744	32.683	34.219	376.854
Síndrome neurológica por Zika	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vacinação	32.040	20.143	17.929	16.803	17.642	17.407	13.575	12.514	7.181	5.682	7.174	6.001	174.091
Visita domiciliar e territorial	19.927	18.676	16.012	19.013	27.193	19.218	16.373	32.174	24.652	20.029	16.061	14.465	243.793

#### 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

No item 4.2 consta a produção hospitalar e ambulatorial com caráter de atendimento em Urgência e Emergência referente a 2022. As interações hospitalares incluem todas aquelas realizadas nas portas de urgência, e no período em análise, compreendem os atendimentos por pneumonias, partos, AVC, traumas, cardiológicos, intercorrências oncológicas, entre outras que chegam às portas hospitalares. Para análise do RAG 2022, segue planilha com as principais AIHs por procedimento no ano de 2022 com os principais procedimentos realizados nas Urgências e Emergências estão relacionadas:

- 1º) Tratamento com Múltiplas Cirurgias;
- 2º) Tratamento de Pneumonias e Influenza;
- 3º) Tratamento de Intercorrências Clínicas de Paciente Oncológico
- 4º) Parto cesariano;
- 5º) Tratamento de paciente sob cuidados prolongados por enfermidades neurológicas.

Nessa análise, podemos observar que o RAG se assemelha aos dados dos RDQAs e traz entre os principais procedimentos tratamentos de múltiplas cirurgias e tratamento de pneumonias e influenza.

Segue, anexa, a planilha com os dados de 2022 extraídos do DATASUS:

Procedimentos realizados	2022
0310010039 PARTO NORMAL	1499
0415010012 TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	1105
0303140151 TRATAMENTO DE PNEUMONIAS OU INFLUENZA (GRIPE)	964
0304100013 TRATAMENTO DE INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS DE PACIENTE ONCOLÓGICO	812
0411010034 PARTO CESARIANO	802
0303130059 TRATAMENTO DE PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES NEUROLÓGICAS	781
0415020034 OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS	759
0303060280 TRATAMENTO DE SINDROME CORONARIANA AGUDA	749
0304100021 TRATAMENTO CLÍNICO DE PACIENTE ONCOLÓGICO	674
0303010223 TRATAMENTO DE INFEÇÃO PELO CORONAVIRUS ? COVID 19	649
0303060212 TRATAMENTO DE INSUFICIENCIA CARDIACA	625
0411010026 PARTO CESARIANO EM GESTACAO DE ALTO RISCO	622
0303040149 TRATAMENTO DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL - AVC (ISQUEMICO OU HEMORRAGICO AGUDO)	581
0304080020 INTERNAÇÃO P/ QUIIMIOTERAPIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTÍNUA	561
0303010037 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS BACTERIANAS	549
0407030034 COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	549
0303100044 TRATAMENTO DE INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS NA GRAVIDEZ	476
0308010019 TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZACAO ESPECIFICADA / NAO ESPECIFICADA	461
0310010047 PARTO NORMAL EM GESTACAO DE ALTO RISCO	457
0408060352 RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	449
0301060070 DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA	420
0303150050 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO URINARIO	413
0303130024 ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES CARDIOVASCULARES	412
0415040035 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	409
0303140046 TRATAMENTO DAS DOENÇAS CRONICAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	397
0303170140 TRATAMENTO CLÍNICO PARA CONTENÇÃO DE COMPORTAMENTO DESORGANIZADO E/OU DISRUPTIVO	363
0407040102 HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	351
0415020050 PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ONCOLOGIA	319
0301060088 DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA MEDICA	318
0506020045 TRATAMENTO DE INTERCORRÊNCIA PÓS-TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS / CÉLULAS-TRONCO HEMATOPOÉTICAS	300
0303160047 TRATAMENTO DE TRANSTORNOS HEMORRAGICOS E HEMATOLOGICOS DO FETO E DO RECEM-NASCIDO	286
0303060190 TRATAMENTO DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	256
0303070129 TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DAS VIAS BILIARES E PANCREAS	245
0411020013 CURETAGEM POS-ABORTAMENTO / PUERPERAL	238
0303080060 TRATAMENTO DE ESTAFILOCOCCIAS	237
0303140135 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO	237
0305020048 TRATAMENTO DE INSUFICIENCIA RENAL AGUDA	236
0308040015 TRATAMENTO DE COMPLICACOES DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS OU CLINICOS	217
0303160020 TRATAMENTO DE INFECCOES ESPECIFICAS DO PERIODO PERINATAL	211
0303160039 TRATAMENTO DE OUTROS TRANSTORNOS ORIGINADOS NO PERIODO PERINATAL	211
0305020056 TRATAMENTO DE INSUFICIENCIA RENAL CRONICA	202
0303140143 TRATAMENTO DE OUTRAS INFECCOES AGUDAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	192
0303060026 TRATAMENTO DE ARRITMIAS	189
0303030038 TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS	187
0303030046 TRATAMENTO DE DISTURBIOS METABOLICOS	182
0408020407 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	182
0303010193 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS CAUSADAS POR VÍRUS (B25 A B34)	177
0303070072 TRATAMENTO DE DOENÇAS DO FIGADO	174
0303070102 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	174
0305020013 TRATAMENTO DA PIELONEFRITE	171
0416120059 SEGMENTECTOMIA/QUADRANTECTOMIA/SETORECTOMIA DE MAMA EM ONCOLOGIA	168
0406020574 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES (UNILATERAL)	165
0411010042 PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA	164
0415030013 TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO	162
0303060204 TRATAMENTO DE INSUFICIENCIA ARTERIAL C/ ISQUEMIA CRITICA	155
0303160055 TRATAMENTO DE TRANSTORNOS RELACIONADOS C/ A DURACAO DA GESTACAO E C/ O CRESCIMENTO FETAL	154
0401020100 EXTIRPAÇÃO E SUPRESSAO DE LESAO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO	154
0406030022 ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE DOIS STENTS	154
0303160063 TRATAMENTO DE TRANSTORNOS RESPIRATORIOS E CARDIOVASCULARES ESPECIFICOS DO PERIODO NEONATAL	152
0303040084 TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO (GRAU LEVE)	147
0303040092 TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO (GRAU MÉDIO)	146
0303040165 TRATAMENTO DE CRISES EPILÉTICAS NÃO CONTROLADAS	146
0409060119 HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL)	144
0406030030 ANGIOPLASTIA CORONARIANA COM IMPLANTE DE STENT	142
0412040166 TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA	141
0414020413 TRATAMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS	140
0408050578 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	137
0406020566 TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL)	134
0303060298 TRATAMENTO DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA	132
0407020039 APENDICECTOMIA	126
0303170182 TRATAMENTO CLÍNICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DAS DEMAIS DROGAS E/OU OU	124
0303070110 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO INTESTINO	123
0407040129 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	122
0406010650 IMPLANTE DE MARCAPASSO DE CÂMARA DUPLA TRANSVENOSO	121
0407030026 COLECISTECTOMIA	119
0408050063 ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	118
0303130032 ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES PNEUMOLÓGICAS	117
0408060379 RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	115
0408050632 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	114
0407020047 APENDICECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	110
0408020431 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA	108
0303130016 ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS DEVIDO A CAUSAS EXTERNAS	107
0407040161 LAPAROTOMIA EXPLORADORA	106
0408050012 AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE MEMBROS INFERIORES	103

No RAG 2022 a produção ambulatorial de urgência e emergência, assim como nos RDQAs, compreende em sua maioria os atendimentos realizados na UPA 24h. Segue planilha com os principais procedimentos realizados

nas UPAs 24 horas no ano de 2022, com destaque para:

- 1º) Administração de medicamentos;
- 2º) Consultas com profissionais exceto médicos;
- 3º) Acolhimento e classificação de risco;
- 4º) Atendimento médico

Procedimentos realizados UPAS 24 HORAS	2022
0301100012 ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA.	432451
0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXC	119746
0301060118 ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	104925
0301060096 ATENDIMENTO MEDICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	103395
0301100039 AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL	77423
0214010015 GLICEMIA CAPILAR	73523
0301060029 ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALI	18733
0301100101 INALAÇÃO / NEBULIZAÇÃO	11292
0202020380 HEMOGRAMA COMPLETO	7570
0202020029 CONTAGEM DE PLAQUETAS	7281
0204030170 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	6683
0202010317 DOSAGEM DE CREATININA	6661
0202010694 DOSAGEM DE UREIA	6645
0202010600 DOSAGEM DE POTASSIO	6469
0202010635 DOSAGEM DE SODIO	6469
0202050017 ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	4431
0202050050 CONTAGEM DE ADDIS	4247
0211020036 ELETROCARDIOGRAMA	3913
0301060100 ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	3217
0202010732 GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE )	2955
0202020134 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	2908
0202030202 DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2804
0202010325 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	2251
0202010333 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	2214
0401010015 CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	1967
0202010643 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	1947
0202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	1947
0204060150 RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	1467
0204060087 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	1445
0202010465 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	1296
0202010554 DOSAGEM DE LIPASE	1235
0202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	1203
0401010058 EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA	1121
0204060125 RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	1108
0204040094 RADIOGRAFIA DE MAO	1049
0202010368 DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	1005
0202010180 DOSAGEM DE AMILASE	997
0202080072 BACTERIOSCOPIA (GRAM)	869
0204040116 RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	782
0204040124 RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	782
0202010201 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	750
0301100047 CATETERISMO VESICAL DE ALIVIO	747
0301100055 CATETERISMO VESICAL DE DEMORA	705
0204060095 RADIOGRAFIA DE BACIA	700
0202010473 DOSAGEM DE GLICOSE	638
0202020142 DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	620
0204050138 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	526
0204040078 RADIOGRAFIA DE COTOVELO	496
0204060168 RADIOGRAFIA DE PERNA	462
0204020069 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	446
0204010080 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	437
0415040043 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / NECROSE	399
0204040086 RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	396
0204010128 RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	357
0204040019 RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	338
0401010104 INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO	290
0204030072 RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	288
0204050120 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	268
0204060117 RADIOGRAFIA DE COXA	239
0401010112 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO	210
0204020034 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	163
0204040051 RADIOGRAFIA DE BRACO	156
0204040060 RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	148
0204010144 RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	141
0301100187 TERAPIA DE REIDRATAÇÃO ORAL	141
0204020093 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	139
0204060109 RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	108
0301100128 LAVAGEM GASTRICA	78
0204030153 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	76
0204060060 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	76
0204030099 RADIOGRAFIA DE ESTERNO	45
0202080064 BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	43
0204010047 RADIOGRAFIA DE ARCADA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	29
0204020123 RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	23
0204040027 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	18
0204010055 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	16
0204020042 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	15
0204010110 RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	14
0204010039 RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	10

0202020037 CONTAGEM DE RETICULOCITOS	5
0202010210 DOSAGEM DE CALCIO	4
0202010562 DOSAGEM DE MAGNESIO	4
0204030145 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	2
0202010120 DOSAGEM DE ACIDO URICO	1
0202010538 DOSAGEM DE LACTATO	1
0204030129 RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDORTICA)	1
<b>Total</b>	<b>1049195</b>

Em análise dos dados extraídos no Tabnet, observou-se que o quantitativo total de procedimentos ambulatoriais é de 69886, incluindo os demais hospitais do município, além das UPAs. Já o dado indicado no DigiSUS informa o quantitativo de 190821, que suspeitamos ser uma indicação de procedimentos anual.

#### 4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Em análise ao Sistema de Informações Ambulatoriais, observa-se aumento dos atendimentos/acompanhamentos psicossociais no ano de 2022 no 1º quadrimestre com Qtd. Aprovada de 12.142, porém quando comparados os valores aprovados nos três quadrimestres, no 2º Quadrimestre teve o maior valor aprovado com montante de 1.797,29 (um mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos).

Foram registrados Qtd. Aprovada entre maio e agosto 10.073 e setembro a dezembro 9.909 de Atendimentos/Acompanhamentos psicossociais. No que se refere aos Atendimentos/Acompanhamentos psicossociais com maior Qtd. Aprovada é o FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO DE USUÁRIOS DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E SEUS FAMILIARES com 9.564 Qtd. Aprovada, seguido do ATENDIMENTO INDIVIDUAL DE PACIENTE EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL com Qtd. Aprovada de 7.022.

Já no que se refere aos Tratamentos de transtornos mentais e comportamentais do Sistema de Informações Hospitalares, as Autorizações de Internações Hospitalares de maior quantidade foram TRATAMENTO CLÍNICO PARA CONTENÇÃO DE COMPORTAMENTO DESORGANIZADO E/OU DISRUPTIVO com 464 AIH pagas, que corresponde ao montante de R\$ 121.222,03 (cento e vinte e um mil, duzentos e vinte e dois e três centavos), como demonstram quadros abaixo:

Período de Referência: 1º Quadrimestre/2º Quadrimestre/3º Quadrimestre 2022						
Sistema de Informações Ambulatoriais						
Forma de Organização	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	12.142	390,15	10.073	1.797,29	9.909	1.206,09
Sistema de Informações Hospitalares						
Forma de Organização	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
	AIH Pagas	Valor total	AIH Pagas	Valor total	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento de transtornos mentais e comportamentais	264	59.444,78	239	52.342,16	279	69.884,71

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 23/02/2023

Período de Referência: 2022

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	32.124	3.393,53
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	782	181.671,65

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 23/02/2023

Período de Referência: 2022

Atendimento/Acompanhamento psicossocial Procedimentos	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado
ABORDAGEM COGNITIVA COMPORTAMENTAL DO FUMANTE (POR ATENDIMENTO/PACIENTE)	2.870	-
ACOLHIMENTO NOTURNO DE PACIENTE EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	610	-
ACOLHIMENTO EM TERCEIRO TURNO DE PACIENTE EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1	-
ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM SAÚDE MENTAL (RESIDÊNCIA TERAPEÚTICA)	1.347	-
ATENDIMENTO EM PSICOTERAPIA DE GRUPO	332	1.855,65
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	603	1.537,65
ACOLHIMENTO DIURNO DE PACIENTE EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	782	-
ATENDIMENTO INDIVIDUAL DE PACIENTE EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	7.022	-
ATENDIMENTO FAMILIAR EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.114	-
ATENDIMENTO DOMICILIAR PARA PACIENTES DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E/OU FAMILIARES	498	-
AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DE REDES INTRA E INTERSETORIAIS	116	-

FORTELECIMENTO DO PROTAGONISMO DE USUÁRIOS DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E SEUS FAMILIARES	9.564
PRÁTICAS CORPORAIS EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.533
PRÁTICAS EXPRESSIVAS E COMUNICATIVAS EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	33
ATENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE CRISE	215
MATRICIAMENTO DE EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA	645
AÇÕES DE REDUÇÃO DE DANOS	937
ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO POR CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.769
APOIO A SERVIÇO RESIDENCIAL DE CARÁTER TRANSITÓRIO POR CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	25
AÇÕES DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL	516
PROMOÇÃO DE CONTRATUALIDADE NO TERRITÓRIO	217
MATRICIAMENTO DE EQUIPES DOS PONTOS DE ATENÇÃO DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, E DOS SERVIÇOS HOSPITAL	241
<b>TOTAL</b>	<b>32.124</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da Consulta: 23/02/2023

Tratamento de transtornos mentais e comportamentais Procedimentos	Sistema de Informações Hospitalares	
	AIH Pagas	Valor total
TRATAMENTO CLÍNICO EM SAÚDE MENTAL EM SITUAÇÃO DE RISCO ELEVADO DE SUICÍDIO.	27	12.410,18
TRATAMENTO CLÍNICO PARA CONTENÇÃO DE COMPORTAMENTO DESORGANIZADO E/OU DISRUPTIVO	464	121.222,03
TRATAMENTO CLÍNICO PARA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E ADEQUAÇÃO TERAPÊUTICA, INCLUINDO NECESSIDADES	11	7.035,60
TRATAMENTO CLÍNICO DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DE ALCOOL	90	13.916,65
TRATAMENTO CLÍNICO DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DE "CRACK".	15	1.254,00
TRATAMENTO CLÍNICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DAS DEMAIS DROGAS	175	25.833,19
<b>TOTAL</b>	<b>782</b>	<b>181.671,65</b>

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 23/02/2023

#### 4.4 Produção Ambulatorial de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

O Quadro abaixo apresenta a Produção Ambulatorial Especializada do ano de 2022, por grupo de procedimentos com finalidade diagnóstica, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e ações complementares (deslocamento e ajuda de custo para tratamento em outro município) da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Estão contemplados todos os tipos de complexidade e financiamento. O número de procedimentos ambulatoriais aprovados nas competências janeiro a dezembro/2022 é de 7.880.963, que corresponde ao montante de R\$ 100.206.631,34 (cem milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e trinta e um e trinta e quatro centavos). Já a produção hospitalar aprovada é de 49.166 internações que corresponde ao montante de R\$ 124.596.416,24 (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezesseis e vinte e quatro centavos). A frequência de procedimentos clínicos superam os procedimentos cirúrgicos tanto ambulatoriais como hospitalares.

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2022

#### PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO SUS - POR GESTOR - MINAS GERAIS

Qtd.aprovada, Valor aprovado segundo Grupo procedimento

Município gestor: 313670 Juiz de Fora

Período: 2022

Grupo procedimento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
	Qtd.aprovada	Qtd.aprovada	Qtd.aprovada
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	14.737	19.120	199.809
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.139.944	1.827.110	1.130.131
03 Procedimentos clínicos	1.019.557	1.083.371	1.203.292
04 Procedimentos cirúrgicos	13.557	15.449	149.543
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	6.051	6.244	7.092
07 Órteses, próteses e materiais especiais	16.348	14.067	15.541
<b>TOTAL</b>	<b>2.210.194</b>	<b>2.965.361</b>	<b>2.705.408</b>

Fonte: Tabnet

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 23/02/2023

Analisando a produção ambulatorial do ano de 2022 observa-se a ocorrência de um acréscimo significativo do 1º quadrimestre ao 2º quadrimestre de 755.167 procedimentos e um decréscimo de 259.953 procedimentos do 2º para o 3º quadrimestre.

No grupo 1, destaca-se o aumento significativo no subgrupo 0101 Ações coletivas/individuais em saúde, no procedimento 0101020074 APLICAÇÃO TÓPICA DE FLUOR (INDIVIDUAL POR SESSÃO) e no grupo 4, subgrupo 0414 Bucomaxilofacial, devido ao registro indevido identificado pelo Departamento de Saúde Bucal - DSB, conforme mencionado na Análise do 3º Relatório Detalhado Quadrimestral.

No grupo 2 Procedimentos com finalidade diagnóstica, também ocorreu um registro indevido do procedimento 0201020041 COLETA DE MATERIAL PARA EXAME LABORATORIAL, que foi informado o valor de 612.552 procedimentos, sendo o valor correto de 606 procedimentos no mês de junho/2022 (informado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde), o que justifica o aumento significativo do 1º para o 2º quadrimestre e um decréscimo do 2º para o 3º quadrimestre.

Já nos grupos 3 Procedimentos clínicos e 5 Transplantes de órgãos, tecidos e células houve um aumento gradativo ao longo dos quadrimestres, de 63.814 procedimentos do 1º para o 2º quadrimestre e 119.921 do 2º



para o 3º trimestre e de 193 procedimentos do 1º trimestre para o 2º e 848 do 2º trimestre para o 3º, respectivamente. No grupo 7 observa-se um decréscimo de 2.281 procedimentos do 1º para o 2º trimestre e um acréscimo de 1.474 procedimentos do 2º para o 3º trimestre.

PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DO SUS - POR GESTOR - MINAS GERAIS			
AIH aprovadas, Valor total segundo Grupo procedimento			
Município gestor: 313670 Jui de Fora			
Período: 2022			
Grupo procedimento	1º Quadrimestre Qtd. aprovada	2º Quadrimestre Qtd. aprovada	3º Quadri Qtd. apr
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	20	16	20
03 Procedimentos clínicos	8.798	8.916	9.211
04 Procedimentos cirúrgicos	6.558	7.133	7.77
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	237	248	224
<b>TOTAL</b>	<b>15.613</b>	<b>16.313</b>	<b>17.2</b>

Analisando a produção hospitalar do ano de 2022, verificamos que houve acréscimo gradativo nos procedimentos cirúrgicos, sendo ele de 700 procedimentos do 1o para o 2o quadrimestre e de 927 Procedimentos do 2o para o 3o quadrimestre. Observamos ainda um aumento gradativo no grupo 3 Procedimentos clínicos de 575 procedimentos do 1o quadrimestre para o 2o e de 646 procedimentos do 2o quadrimestre para o 3o. Importante ressaltar que no grupo 4 houve um aumento significativo no subgrupo 0414 Bucomaxilofacial (de 52 no 1o quadrimestre para 98 procedimentos no 3o); também ocorreu um aumento gradativo no subgrupo 0404 Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço (de 159 procedimentos no 1o quadrimestre, 208 no 2o e de 268 no 3o quadrimestre); já no subgrupo 0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal (de 922 procedimentos no 1o quadrimestre, 1033 no 2o e 1179 no 3o) totalizando um aumento de 18% do 1o ao 3o quadrimestre.

Por fim, cabe destacar que os dados de produção, tanto hospitalar quanto ambulatorial, devem ser objeto de análises e apurações mais detalhadas junto aos atores envolvidos, para que as análises futuras sejam coesas e fidedignas.

#### TABELAS DE CONSULTAS DCE 2022

DCE-SASI													
RELATÓRIO QUANTITATIVO DE CONSULTAS-2022													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
GERIATRIA	92	106	131	132	93	158	93	240	349	159	103	193	1849
OTORRINOLARINGOLOGIA	66	60	27	68	96	82	0	123	57	114	0	41	734
CLÍNICA GERAL	158	278	374	350	460	395	298	313	337	597	353	441	4354
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>444</b>	<b>532</b>	<b>550</b>	<b>649</b>	<b>635</b>	<b>391</b>	<b>676</b>	<b>743</b>	<b>870</b>	<b>456</b>	<b>675</b>	<b>6937</b>

DCE - RELATÓRIO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS REALIZADAS / 2022													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ANGIOLOGIA	269	327	384	394	508	370	261	537	633	639	503	526	5.351
CARDIOLOGIA	137	235	270	253	397	322	205	326	391	595	494	689	4.314
CIRURGIA CABEÇA/PESCOÇO	22	24	28	29	48	17	-	-	-	-	-	-	168
CLÍNICA MÉDICA CIRURGIA TORÁCICA	93	117	107	45	39	58	22	-	-	-	-	-	481
DERMATOLOGIA	17	15	25	19	14	8	11	23	10	13	10	21	186
ENDOCRINOLOGIA	134	139	160	147	234	189	157	112	213	183	192	189	2.049
GASTROENTEROLOGIA	61	66	86	71	114	112	124	155	238	223	114	221	1.585
NEFROLOGIA	146	195	283	272	305	284	187	273	426	443	248	319	3.381
ONCOLOGIA CIRURG	121	109	135	47	37	109	41	100	114	133	99	59	1.104
ORTOPEDIA	104	109	103	118	104	113	91	85	69	66	78	63	1.103
OTORRINOLARINGOLOGIA	21	34	60	35	54	44	35	53	34	31	49	43	493
PNEUMOLOGIA	222	274	283	334	307	344	544	465	728	817	560	297	5.175
TISIOLOGIA	58	61	75	87	104	33	91	115	145	138	99	74	1.080
PROCTOLOGIA	150	58	150	145	125	74	139	207	270	215	142	265	1.940
REUMATOLOGIA	126	109	110	111	134	111	115	149	114	138	28	140	1.385
UROLOGIA	112	126	103	112	153	129	60	178	143	198	115	92	1.521
TOTAL	110	213	317	168	422	246	257	291	306	381	154	229	3.094
Média consultas/dia	153	160	221	216	248	195	203	214	234	321	238	273	2.676
Média consultas/dia	2.056	2.371	2.900	2.603	3.347	2.758	2.543	3.283	4.068	4.534	3.123	3.500	37.086
Média consultas/dia	97,90	124,79	131,82	153,12	152,14	145,16	121,10	142,74	193,71	238,63	183,71	159,09	152,62

SCDH - RELATÓRIO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS REALIZADAS / 2022													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ANGIOLOGIA													0
CARDIOLOGIA	161	172	96	99	135	33	2	2	1	2			703
CLÍNICA MÉDICA				43	53	13							109
NEFROLOGIA	12	33	47	32	42			5	2	1			174
PNEUMOLOGIA													0
TOTAL	173	205	143	174	230	46	2	7	3	3	0	0	986
Média/dia	8,24	10,79	6,50	10,24	10,45	2,42	0,10	0,30	0,14	0,16			
Dias úteis no mês	21	19	22	17	22	19	21	23	21	19			204

#### 4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO SUS - MINAS GERAIS - POR LOCAL DE ATENDIMENTO

Obj aprovada segundo Município  
Município: 313670 JUI DE FORA  
Grupo procedimento: 02 - ações de promoção e prevenção em saúde, 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica  
Subgrupo proced.: 010 - Vigilância em saúde  
Fluxo de informações: 01001 - Vigilância em saúde, 01002 - Vigilância sanitária, 01003 - Vigilância em Saúde do Trabalhador  
Fluxo de informações: 01 - Vigilância em Saúde  
Período: 2022

TOTAL	Município	Qtd. aprovada
313670 JUI DE FORA		5.609
		5.609

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SIS)

Nota:

- Dados referentes aos últimos seis meses, sujeitos a atualização.
- A partir do processamento de junho de 2022, houve mudança na classificação da natureza e esfera dos estabelecimentos. Com isso, temos que:
  - Até maio de 2022 estas informações estão disponíveis como "Natureza" e "Esfera administrativa".
  - De junho de 2022 a outubro de 2022, estão disponíveis como "Natureza" e "Esfera administrativa".
  - A partir de novembro de 2022, estão disponíveis como "Natureza Jurídica" e "Esfera Jurídica".

Consulte o site do Sistema de Informações em Saúde para mais informações.

COPAR COMO CSV    COPAR PARA TABELA    MOSTRAR COMO TABELA    MOSTRAR COMO GRÁFICO

VOLTAR

Foram realizados em 2022, 5.609 ações de prevenção à saúde no subgrupo de procedimentos de Vigilância em Saúde e conforme apuração interna junto ao Departamento de Vigilância Sanitária e ao Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador, esses procedimentos são:

01.02.01.005-6: atividades educativas para o setor regulado

01.02.01.006-4: análise de projetos básicos de arquitetura  
01.02.01.007-2: cadastro de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária  
01.02.01.016-1: exclusão de cadastro de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária com atividades encerradas  
01.02.01.017-0: inspeção dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária  
01.02.01.018-8: licenciamento dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária  
01.02.01.019-6: aprovação de projetos básicos de arquitetura  
01.02.01.022-6: atividade educativa para a população  
01.02.01.023-4: recebimento de denúncias/reclamações  
01.02.01.024-2: atendimento às denúncias/reclamações  
01.02.01.052-8: instauração de processo administrativo sanitário  
01.02.01.053-6: conclusão de processo administrativo sanitário  
03.01.01.004-8: consulta de profissionais de nível superior na atencao especializada (exceto médico)  
03.01.01.005-6: consulta médica em saúde do trabalhador  
03.01.02.003-5: emissão de parecer sobre nexos causais  
01.02.02.002-7: atividade educativa em saúde do trabalhador  
01.02.02.003-5: inspeção sanitária em saúde do trabalhador  
01.02.02.001-9: vigilância da situação de saúde dos trabalhadores  
03.01.05.014-7: visita domiciliar por profissional de nível superior 01.01.03.001-0: visita domiciliar por profissional de nível médio  
01.02.01.022-6: atividade educativa para a população  
03.01.02.001-9: acompanhamento de paciente portador de agravos relacionados ao trabalho  
03.01.02.002-7: acompanhamento de paciente portador de sequelas relacionados ao trabalho



## 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

### 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	8	0	8
FARMACIA	0	0	2	2
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1	4	52	57
HOSPITAL GERAL	0	0	11	11
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	0	1	1
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	5	5
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	1	0	1
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	1	1	2
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	15	15
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	1	1	2
POSTO DE SAUDE	0	0	11	11
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	7	7
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	0	0	1
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	2	2
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	1	2
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	32	32
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	2	2
POLICLINICA	0	0	14	14
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	0	0	2	2
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	4	4
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	1	1	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>165</b>	<b>184</b>

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/03/2023.

### 5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
<b>ADMINISTRACAO PUBLICA</b>				
FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PÚBLICO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	1	0	1	2
CONSORCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO (ASSOCIACAO PUBLICA)	2	9	0	11
MUNICIPIO	112	0	0	112
ORGAO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	8	1	9
AUTARQUIA FEDERAL	5	0	0	5
<b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b>				
SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	1	0	0	1
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	1	0	0	1
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	1	0	0	1
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	28	0	0	28
SOCIEDADE SIMPLES PURA	2	0	0	2
<b>ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS</b>				

FUNDACAO PRIVADA	2	0	0	2
ASSOCIACAO PRIVADA	10	0	0	10
<b>PESSOAS FISICAS</b>				
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>184</b>

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/03/2023.

### 5.3. Consórcios em saúde

#### Período 2022

<b>Participação em consórcios</b>			
<b>CNPJ</b>	<b>Natureza</b>	<b>Area de atuação</b>	<b>Participantes</b>
17813026000151	Direito Público	Urgência e emergência	MG / JUIZ DE FORA

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 15/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

#### 5. Rede Física e Prestadora do SUS

A Rede SUS de Juiz de Fora está apresentada pelo DigiSUS Gestor - Módulo de Planejamento por tabelas extraídas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, onde as unidades próprias da rede municipal e conveniadas, da rede estadual, federal, unidades filantrópicas e privadas foram cadastradas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde ou diretamente pelos próprios prestadores externos. Atualmente, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, não apresentou alterações diante do último quadrimestre, contando as unidades próprias da rede municipal e conveniadas da rede que atendem o SUS em Juiz de Fora, há um total de 205 estabelecimentos, dos quais 186 são municipais; 17 estaduais e 2 de administração dupla (compartilhada).

#### 5.1 Gestão:

<b>Dupla</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Total</b>
<b>2</b>	<b>17</b>	<b>165</b>	<b>184</b>

## 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	84	0	2	2	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	369	16	72	22	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	985	439	600	1.837	422
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	16	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	222	33	12	189	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	591	0	68	6	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	6	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	9	36	34	325	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	198	39	74	252	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 16/03/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	674	697	733	0	
	Celetistas (0105)	536	570	596	0	
	Residentes e estagiários (05, 06)	7	11	10	0	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	112	161	152	0	
	Bolsistas (07)	24	24	23	0	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	4.807	5.183	5.264	0	
	Informais (09)	0	1	1	0	
	Intermediados por outra entidade (08)	632	764	645	0	
	Residentes e estagiários (05, 06)	290	383	461	0	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	1.471	1.112	1.107	0	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 16/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

### 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O CNES depende de atualização constante por parte dos próprios estabelecimentos, de acordo com a chegada/saída de profissionais, adição/redução de serviços, contratualizações, mudanças de estrutura física, entre outros, mas entende-se que houve avanço nos cadastros tanto de profissionais quanto de estabelecimentos. Considera-se ainda que houve avanço no processo de descentralização da atualização, de modo que os estabelecimentos, após treinamento realizado por técnicos da Secretaria de Saúde da PJJ, podem atualizar seu cadastro de forma independente.

<b>CBO's médicos</b>
<b>2.480</b>
<b>CBO's enfermeiro</b>
<b>563</b>
<b>CBO's (outros) nível superior</b>
<b>862</b>
<b>CBO's (outros) nível médio</b>
<b>2.633</b>
<b>CBO's ACS</b>
<b>422</b>

## 7. Programação Anual de Saúde - PAS

### 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

<b>DIRETRIZ Nº 1 - Reorganização das redes de atenção à saúde</b>									
<b>OBJETIVO Nº 1.1 - Qualificar a atenção básica, promovendo a articulação dos pontos de atenção, ampliação do acesso e eficiência no atendimento aos usuários do SUS</b>									
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Indicador para monitoramento e avaliação da meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Ano - Linha-Base</b>	<b>Linha-Base</b>	<b>Meta Plano(2022-2025)</b>	<b>Meta 2022</b>	<b>Unidade de medida - Meta</b>	<b>Resultado Anual</b>	<b>% meta alcançada da PAS</b>
1. Tornar as linhas de cuidado um dos eixos centrais de organização da oferta de serviços de saúde no município, qualificando-as e tornando-as eficientes na oferta do atendimento pretendido	Linhas de cuidados publicadas e revisadas anualmente	0			5	5	Número	0	0
Ação Nº 1 - Linha de cuidado do câncer									
Ação Nº 2 - Linha de cuidado do AVC e IAM									
Ação Nº 3 - Linha de cuidado materno infantil									
Ação Nº 4 - Linha de cuidado à pessoa com deficiência									
Ação Nº 5 - Linha de cuidado pós-Covid									
Ação Nº 6 - Linhas de cuidados publicadas e revisadas anualmente									
Ação Nº 7 - Articular intersecretorialmente a possibilidade de garantir o "Transporte Sanitário" adequado de acordo com as necessidades socioeconômicas dos portadores de doenças crônicas e as características territoriais									
2. Reorganizar as ações de atenção à saúde, com foco na atenção primária, visando a melhoria da qualidade e do acesso, por meio da implementação de novos programas e ampliação da Estratégia de Saúde da Família nos territórios	Atividades realizadas	0			250	25	Número	124,00	496,00
Ação Nº 1 - Implementar Programa que garanta aquisição e manutenção permanente de equipamentos e mobiliário de qualidade nas unidades de atenção à saúde no município									
Ação Nº 2 - Garantir, através do Programa Nacional de Combate à Carência Nutricional, a implementação de um Programa Municipal de segurança alimentar e combate à carência nutricional, promovendo ações de saúde referentes ao tema nas Unidades Básicas de Saúde									
Ação Nº 3 - Garantir atendimento integral aos usuários, nas Unidades Básicas de Saúde, através de um programa municipal de matriciamento, a partir de equipe multiprofissional articulada às ações da Atenção Primária em Saúde									
Ação Nº 4 - Implementar subsídios para a qualificação da assistência, através de programas de residência médica e em saúde									
Ação Nº 5 - Elaborar, em diálogo com o Conselho Municipal de Saúde, estratégias para a reorientação da assistência farmacêutica no município, de forma a melhorar o acesso dos usuários e garantir sistema informatizado integrador entre os diferentes equipamentos de saúde.									
Ação Nº 6 - Credenciar equipes de saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família (Credenciamento de 8 equipes)									
Ação Nº 7 - Implementar Programa Saúde na Hora, do Governo Federal, para garantir que os usuários possam ter acesso às Unidades Básicas de Saúde em horário estendido									
Ação Nº 8 - Desenvolver ações para prescrição de fitoterápicos na rede de atenção adotando modelo Farmácia Viva									
Ação Nº 9 - Realização de ações intersetoriais de Promoção, Prevenção e Educação em Saúde, na articulação das escolas e unidades de saúde nos territórios, com gestão e responsabilidades compartilhadas e com a participação dos Conselhos Locais.									
Ação Nº 10 - Fortalecer o acesso dos homens aos serviços de saúde, de acordo com a Política Nacional de Saúde do Homem, a fim de resguardar a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis, enfrentando o reconhecimento de determinantes sociais que resultam na vulnerabilidade da população masculina e tornando-os protagonistas de suas demandas, na consolidação dos seus direitos de cidadania.									
3. Garantir a realização dos serviços assistenciais prestados pelas equipes de saúde da Atenção Básica, junto aos usuários do sistema municipal	Equipes de saúde em funcionamento	0			133	110	Número	107,00	97,27
Ação Nº 1 - Custeio das Equipes de Saúde da Família (equipes de saúde previstas na PNAB - eSF, eAP, eCR e eSB)									
Ação Nº 2 - Custeio dos profissionais atuantes na saúde bucal da atenção básica									
Ação Nº 3 - Custeio dos Agentes comunitários de saúde									
Ação Nº 4 - Manter e custear ações compartilhadas e integradas à rede de atenção à saúde com vistas ao cuidado integral									
Ação Nº 5 - Implantar a Estratégia Saúde da Família nas UBS Tradicionais									
4. Garantir o funcionamento, no município, das unidades de atenção especializada em saúde, promovendo as ações, conforme estabelecido nos programas federais, estaduais e municipais	Unidades em funcionamento	0			5	5	Número	4,00	80,00
Ação Nº 1 - Proporcionar ações de atenção ambulatorial especializada em Saúde da Mulher e da Criança e Hipertensão, Diabetes e Doença Renal Crônica, com qualificação da Atenção Primária à Saúde – CEAE									
Ação Nº 2 - Serviços ambulatoriais especializados de Cardiologia, Angiologia, Gastrologia, Oncologia, Cirurgia de Cabeça/ Pescoço e tórax, Reumatologia, Pneumologia, Urologia, Dermatologia, Hematologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Endocrinologia, Nefrologia, Alergologia, Neurologia, Proctologia, Otorrinolaringologia, Hepatologia, Psicologia, Homeopatia, Acupuntura, Geriatria, Fisioterapia, Clínico Geral – DCE									

Ação Nº 3 - Prestar assistência especializada aos idosos, por meio de ações qualificadas por equipe multidisciplinar e oferta de exames de alta e média complexidades, por meio da elaboração e implantação do plano de cuidados para cada idoso atendido – Centro Estadual Mais Vida									
Ação Nº 4 - Serviços ambulatoriais especializados à Mulher, Criança e Adolescente em Ginecologia, Pediatria e equipe multiprofissional, com realização de exames complementares em busca de diagnóstico precoce e tratamento adequado – DSMGCA									
Ação Nº 5 - Estratégia para proporcionar às mulheres saúde, qualidade de vida e bem estar durante gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança até os dois primeiros anos de vida, com objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil – Rede Cegonha									
Ação Nº 6 - Implementar Projeto de Ambulatório de Feridas através da aquisição de insumos e equipamentos para esse tipo de tratamento na Atenção Primária, iniciando um Projeto Piloto na UBS de Santa Luzia									
Ação Nº 7 - Manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos dos serviços de atenção especializadas, com reposição de peças quando necessário									
Ação Nº 8 - Funcionamento do Centro de Atenção Especializada ambulatorial conforme perfil epidemiológico da população de abrangência das unidades, com ênfase na regionalização da oferta de consultas especializadas									
Ação Nº 9 - Manter fornecimento de medicamentos homeopáticos aos usuários do Serviço de Práticas Integrativas (SPIC)									
5. Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial, visando ampliação do acesso, através de adequação das unidades e parcerias estratégicas com instituições de ensino e institutos de saúde mental, proporcionando a melhoria da qualidade na assistência aos usuários de saúde mental	Unidades implementadas	0			24	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Qualificar os 07 leitos psiquiátricos em saúde mental existentes no HPS									
Ação Nº 2 - Habilitar 13 novos leitos na rede hospitalar (11 adultos e 2 Infanto-juvenil)									
Ação Nº 3 - Transformar 01 CAPS II em CAPS III									
Ação Nº 4 - Implantar 01 CAPS AD II e 01 CAPS i									
Ação Nº 5 - Implantar 01 Unidade de Acolhimento Infantil - UAI									
6. Promover o atendimento em saúde mental, prestado no âmbito do SUS, próprio ou contratado	Pontos de atendimento	0			37	35	Número	35,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover ações ambulatoriais especializadas desenvolvidas pelos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) 05 CAPS E 01 ambulatório Zona Norte									
Ação Nº 2 - Manter em funcionamento as 28 residências terapêuticas no município – SRT									
Ação Nº 3 - Manter serviço Hospitalar de Referência em Saúde Mental habilitado na rede de saúde pública - Ana Nery									
7. Realizar atendimento aos usuários de saúde bucal nos serviços assistenciais ambulatoriais especializados e hospitalares	Procedimentos odontológicos especializados	0			101.200	25.000	Número	75.363,00	301,45
Ação Nº 1 - Custear as ações de atenção especializada ambulatorial na área de saúde bucal conforme especialidades odontológicas definidas pelo Ministério da Saúde nos Centros de Especialidades Sul, Norte Oeste, Centro e CEO Coape									
Ação Nº 2 - Prestar atendimento odontológico hospitalar aos usuários portadores de necessidades especiais que necessitem de anestesia geral ou sedação									
8. Garantir o funcionamento das unidades de urgência e emergência, com ações relacionadas à área de assistência permitindo assim respostas rápidas e eficientes às demandas da população	Unidades em funcionamento	0			10	9	Número	9,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter, custear e aprimorar hospital na vocação de hospital politrauma e como referência para macrorregião de 94 municípios para atendimentos de urgência e emergência nas diversas modalidades clínicas; urgência psiquiátrica e odontológica; serviço de soroterapia e profilaxia da raiva humana e PARBOS – HPS									
Ação Nº 2 - Unidades responsáveis por concentrar os atendimentos de saúde de média complexidade em conjunto com atenção básica e SAMU de forma ininterrupta, como equipamento pré-hospitalar – Unidades de Pronto Atendimento - UPA Norte, Sul e Oeste									
Ação Nº 3 - Prestar atendimento às unidades de urgência e emergência de Juiz de Fora, realizando transferências das vagas hospitalares autorizadas VIA SUS FÁCIL, avaliações de especialidades (referência e contra-referência) e também os exames de diagnósticos do DID, DURL, HPS, e PAI, estritamente demandadas por estas unidades, em regime de 24h, em menor tempo resposta possível - Serviço de transporte inter-hospitalar – STIH									
Ação Nº 4 - Conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, cuidados paliativos prestadas em domicílio, com garantia de continuidade de cuidados e integrada às redes de atenção à saúde - Atenção Domiciliar – DID									
Ação Nº 5 - Prestar atendimento como porta de entrada a toda demanda espontânea referenciada pelo SAMU, nos diversos níveis de assistência e atendimento médico nas especialidades Clínica Médica, abrangendo uma área de cobertura com grande demanda populacional, inclusive de área descoberta aos municípios de Juiz de Fora, de atenção básica - Regional Leste – DURL									
Ação Nº 6 - Prestar atendimento ininterrupto de urgência e emergência infantil referência para Juiz de Fora e região exclusivamente pediátrico - Pronto atendimento infantil – PAI									
Ação Nº 7 - Manutenção de continuidade do atendimento pré-hospitalar realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU no município									
Ação Nº 8 - Ampliação do acesso a urgência e emergência na região nordeste									
Ação Nº 9 - Assegurar e manter a triagem/classificação aos acessos das portas de entrada da Urgência e Emergência									
Ação Nº 10 - Mediar, junto ao estado, para que o futuro Hospital Regional seja vocacionado para atender demandas estruturais da rede hospitalar e de urgência e emergência da região									
<b>OBJETIVO Nº 1.2 - Construção e Adequação das Unidades de Saúde</b>									

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Construir equipamentos de saúde nas diversas localidades do município, de forma a atender as demandas da sociedade de maneira territorializada e com a redução dos custos de aluguel e manutenção de prédios privados	Equipamentos construídos	0			8	2	Número	0	0
Ação Nº 1 - Construção da UBS Av. Brasil									
Ação Nº 2 - Construção da UBS Parque Independência									
Ação Nº 3 - Construção da UBS Jôquei Clube I									
Ação Nº 4 - Construção da UBS São Benedito									
Ação Nº 5 - Construção da UBS Jardim da Lua									
Ação Nº 6 - Construção da UBS Nova Benfica									
Ação Nº 7 - Construção da UBS Ipiranga									
Ação Nº 8 - Construção da UBS Centro									
2. Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	Equipamentos adequados	0			17	6	Número	3,00	50,00
Ação Nº 1 - Ampliação da UBS Cruzeiro do Sul									
Ação Nº 2 - Ampliação da UBS Santa Luzia									
Ação Nº 3 - Reforma da UBS Milho Branco									
Ação Nº 4 - Reforma da UBS Santa Efigênia									
Ação Nº 5 - Reforma da UBS Centro Sul									
Ação Nº 6 - Reforma da UBS Filgueiras									
Ação Nº 7 - Ampliação da UBS Linhares									
Ação Nº 8 - Ampliação da UBS São Pedro									
Ação Nº 9 - Reforma da UBS Rosário de Minas									
Ação Nº 10 - Revitalização do PAM Marechal									
Ação Nº 11 - Reforma da UBS Vale dos Bandeirantes									
Ação Nº 12 - Ampliação da UBS São Sebastião									
Ação Nº 13 - Ampliação da UBS Vale Verde									
Ação Nº 14 - Centro de Especialidades Médicas									
Ação Nº 15 - Reforma de UPA's									
Ação Nº 16 - Reforma da Regional Leste									

**OBJETIVO Nº 1.3 - Garantir o cumprimento dos indicadores do Programa Previne Brasil**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Cumprir integralmente os resultados dos Indicadores Previne Brasil, conforme os parâmetros do Ministério de Saúde no ano de referência	Indicadores com resultados alcançados	0			7	7	Número	0	0
Ação Nº 1 - Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV									
Ação Nº 2 - Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas de pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação									
Ação Nº 3 - Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado									
Ação Nº 4 - Cobertura de exame citopatológico									
Ação Nº 5 - Cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente									
Ação Nº 6 - Percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre									
Ação Nº 7 - Percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada									

**DIRETRIZ Nº 2 - Promoção integral e igualitária do cuidado na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar**

**OBJETIVO Nº 2.1 - Fazer de Juiz de Fora uma cidade saudável, através de atividades intersetoriais de promoção em saúde e da garantia de vigilância em saúde com redução de doenças e agravos, e enfrentamento às urgências de saúde como epidemias e pandemias**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Desenvolver ações de enfrentamento às DANTs (Doenças e Agravos não Transmissíveis)	Ações realizadas	0			16	4	Número	4,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção da alimentação saudável por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Estadual de Promoção à Saúde									
Ação Nº 2 - Promoção de práticas corporais e atividades físicas por meio das Políticas Nacional e Estadual de Promoção à Saúde em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer									
Ação Nº 3 - Promoção da prevenção e o controle do tabagismo por meio do Programa Nacional de Controle do Tabagismo									
Ação Nº 4 - Qualificar o registro e as notificações das doenças, agravos, acidentes e violências de notificação compulsória									
2. Garantir a realização do conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos	Ações realizadas	0			20	5	Número	6,00	120,00
Ação Nº 1 - Monitoramento de Aedes aegypti por meio de ovitrampas (armadilhas de oviposição) em todo o município									
Ação Nº 2 - Campanhas de imunização conforme calendário do Plano Nacional de Imunização desenvolvidos pelo Ministério da Saúde									
Ação Nº 3 - Campanhas de prevenção e promoção a saúde programadas pelo Município									
Ação Nº 4 - Programa com financiamento do estado de Minas Gerais para promoção de ações de Vigilância ambiental para o controle das arboviroses									
Ação Nº 5 - Confeccionar e divulgar boletins epidemiológicos anuais para subsidiar a gestão com dados sobre epidemiologia									
Ação Nº 6 - Implementar ações de prevenção e acompanhamento, articuladas com outras secretarias e órgãos responsáveis, de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual									
3. Garantir a cobertura do diagnóstico e do tratamento das infecções pelo HIV e ISTs para a população de abrangência do programa, visando sua ampliação de forma territorializada através dos equipamentos de saúde existentes	Número de atendimentos	0			15.800	3.500	Número	11.787,00	336,77
Ação Nº 1 - Ampliação da oferta de PrEP – Profilaxia Pré Exposição como ferramenta complementar no enfrentamento à epidemia do HIV com foco no público-alvo									
Ação Nº 2 - Ampliar testagem de HIV/IST's na população demandada									
4. Custear as ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, de todas as etapas e processos da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde	Estabelecimentos fiscalizados	0			48.000	8.000	Número	2.129,00	26,61
Ação Nº 1 - Regulamentação e inserção no Sistema informatizado que substituirá o SIFAM (Sistema da Fazenda Municipal Municipal)									
Ação Nº 2 - Ampliação do quadro de Autoridades Sanitárias do Departamento de Vigilância Sanitária (Processo 7705/2015/vol. 02)									
Ação Nº 3 - Custeio das ações de fiscalização e infraestrutura necessárias para o pleno cumprimento das competências do setor									
5. Desenvolver ações de vigilância em Saúde do Trabalhador através das seguintes estratégias: visitas a ambientes formais de trabalho, identificação e busca dos trabalhadores do mercado informal; educação e informação em Saúde do Trabalhador vítima de acidente e doenças relacionadas ao trabalho, no âmbito do município e região de abrangência do CEREST	Trabalhador assistido	0			11.500	2.500	Número	373,00	14,92
Ação Nº 1 - Acompanhamento e monitoramento dos registros dos sistemas de informação e dos indicadores de Saúde do Trabalhador preconizados pelo MS e SES/MG									
Ação Nº 2 - Criação do Comitê de Vigilância em Saúde do Trabalhador de forma articulada com os demais eixos da Vigilância em Saúde, para investigação dos casos de Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho									
Ação Nº 3 - Identificar categorias de trabalhadores do mercado informal da economia, seus riscos de acidentes e/ou adoecimento e promover atendimento qualificado									
Ação Nº 4 - Matriciamento em Saúde do Trabalhador junto aos profissionais da Atenção Primária à Saúde, Atenção secundária e Urgência e Emergência									
6. Realizar atividades para garantir que o município tenha condições de responder às demandas referentes à diferentes epidemias e pandemias	Atividades realizadas	0			20	5	Número	11,00	220,00
Ação Nº 1 - Ampliação da política de testagem para síndromes respiratórias									
Ação Nº 2 - Ações que visam a manutenção dos leitos de UTI, leitos clínicos e leitos de suporte ventilatório para enfrentamento a pandemia do Covid-19									
Ação Nº 3 - Manter o Centro de Atendimento à Covid-19 em funcionamento									
Ação Nº 4 - Manutenção da Parceria com as Instituições de Ensino para os Laboratórios de Pesquisa de SARS-COV-2 POR RT – PCR									
Ação Nº 5 - Implementar o Plano de cuidados elaborado pela Atenção Especializada para os pacientes com sequelas pós Covid									
Ação Nº 6 - Regular a oferta de procedimentos referentes às sequelas pós-Covid									



Ação Nº 7 - Ampliar e manter a assistência aos usuários com sequelas de Covid-19, elegíveis pelo Departamento de Internação Domiciliar, através de equipe habilitada pelo MS, promovendo a redução de internações hospitalares									
Ação Nº 8 - Promover campanha de imunização em situações de epidemia de acordo com disponibilidade de vacinas e calendário preconizado pelo Ministério da Saúde									
7. Reduzir a taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	0			10,00	11,41	Taxa	13,20	115,69
Ação Nº 1 - Viabilizar oferta de consultas de puericultura e follow up de risco									
Ação Nº 2 - Firmar parceria da AB com o Programa Cultive									
Ação Nº 3 - Fortalecer parceria com as maternidades com o apoio da Rede Cegonha									
Ação Nº 4 - Aumentar a cobertura vacinal nos menores de 1 (um) ano									
8. Aumentar o índice de proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	0			98,00	90,00	Proporção	87,83	97,59
Ação Nº 1 - Oferecer capacitação às unidades assistenciais da rede hospitalar e de RUE									
Ação Nº 2 - Estruturação do serviço de verificação de óbito em Juiz de Fora									
9. Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	0			35,00	20,00	Proporção	72,51	362,55
Ação Nº 1 - Viabilizar a coleta e análise de amostras de água nos pontos de coletas preestabelecidos									
10. Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	0			100,00	85,00	Proporção	100,00	117,65
Ação Nº 1 - Reforçar junto às equipes a importância da notificação compulsória									
Ação Nº 2 - Capacitar os novos profissionais para o preenchimento da ficha de doenças de notificação compulsória imediata									
Ação Nº 3 - Promover a notificação e o devido encerramento dos casos em prazo oportuno									
11. Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	0			100,00	75,00	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Promover campanhas de atualização da caderneta de vacina									
Ação Nº 2 - Estimular a busca ativa de crianças menores de 2 anos									
Ação Nº 3 - Desenvolver as ações previstas no PNI (monitoramento rápido de cobertura vacinal, quando indicado; investigação de eventos adversos pós-vacinais, campanhas vacinal e rotina)									
Ação Nº 4 - Divulgar campanhas usando a mídia e outros parceiros									
Ação Nº 5 - Atualizar os profissionais da APS em imunização									
Ação Nº 6 - Supervisionar as diversas salas de imunização do município									
Ação Nº 7 - Registrar no sistema as vacinas do Calendário Básico									
12. Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	0			16	4	Número	0	0
Ação Nº 1 - Promover a realização dos ciclos de visita									
13. Reduzir a taxa mortalidade prematura	Taxa de mortalidade prematura (30 A 69 anos por doenças crônicas não transmissíveis)	0			302,00	321,00	Taxa	85,59	26,66
Ação Nº 1 - Realizar monitoramento, atuando ativamente na realização de diagnósticos para prevenção e tratamento precoce									
14. Reduzir o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	0			20	35	Número	124,00	354,29
Ação Nº 1 - Capacitar os três níveis de Atenção que realiza atendimento Materno Infantil quanto a importância da Notificação compulsória quanto aos casos de Sífilis congênita									
Ação Nº 2 - Promover políticas públicas de saúde voltadas para a orientação da prevenção da Sífilis congênita na população sexualmente ativa e em fase reprodutiva									
Ação Nº 3 - Garantir acesso oportuno ao Pré-natal possibilitando diagnóstico e tratamento precoce dos casos confirmados									
Ação Nº 4 - Ofertar a benzilpenicilina nas Unidades de saúde									
Ação Nº 5 - Sensibilizar os profissionais para a prescrição e administração da benzilpenicilina									
Ação Nº 6 - Divulgação das novas estratégias de prevenção combinada, oferecendo mais alternativas – cientificamente eficazes – em relação à única opção disponível até pouco tempo atrás: o preservativo									

15. Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	0			100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementar fluxos com APS									
Ação Nº 2 - Reorganizar fluxos de exames para Balaciloscopia									
Ação Nº 3 - Estimular a busca ativa de casos com maior dificuldade de adesão									
Ação Nº 4 - Garantir acesso ao tratamento									
16. Ampliar a cobertura populacional da Rede de Atenção Básica no município	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	0			91,00	80,63	Percentual	64,45	79,93
Ação Nº 1 - Expansão de quadro através de processo seletivo/ concurso público para compor as equipes que serão credenciadas junto ao MS									
Ação Nº 2 - Ampliar assistência nos territórios que não tem cobertura do programa Saúde da Família – PSF									
Ação Nº 3 - Garantir o credenciamento populacional visando ampliar a receita arrecadada através do Programa Federal Previne Brasil (captação ponderada)									
17. Aumentar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	0			70,00	60,00	Percentual	56,81	94,68
Ação Nº 1 - Ampliar o acompanhamento da condicionalidade saúde nas UBS									
Ação Nº 2 - Identificar nos territórios possíveis equipamentos sociais para o acompanhamento das famílias beneficiárias residentes em áreas descobertas pela Atenção Básica									
18. Adequar cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica, conforme recursos financeiros disponíveis e lei de responsabilidade fiscal	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	0			16,50	12,45	Percentual	8,37	67,23
Ação Nº 1 - Solicitar definição da modalidade de seleção da equipe de saúde bucal com expansão de quadro									
Ação Nº 2 - Pedir atualização de impacto financeiro para equipes de saúde bucal									
Ação Nº 3 - Solicitar o credenciamento das equipes no Ministério da Saúde									
Ação Nº 4 - Promover o apoio técnico de política de saúde bucal									

**OBJETIVO Nº 2.2** - Promover a equidade em saúde, garantindo o acesso pautado no acolhimento da população negra, LGBTQIA+, mulheres, pessoa com deficiências e idosos, aos serviços do SUS em Juiz de Fora

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixa etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	Ações realizadas	0			20	5	Número	4,00	80,00
Ação Nº 1 - Distribuir métodos contraceptivos à população demandada através da oferta de grupos educativos									
Ação Nº 2 - Ampliar a oferta de preservativos masculino e feminino nas unidades de saúde do município									
Ação Nº 3 - Intensificar a oferta de DIU para mulheres com dificuldades de adaptação a outros métodos contraceptivo									
Ação Nº 4 - Implantar a distribuição de produtos de higiene íntima ao público feminino vulnerável									
Ação Nº 5 - Estabelecer com os profissionais protocolos clínicos para o acesso da população LGBTQIA+ aos grupos de Direitos Sexuais Reprodutivos									
2. Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0			0,80	0,50	Razão	0,21	42,00
Ação Nº 1 - Realizar a busca ativa das mulheres de 50 a 69 anos e solicitar o exame de mamografia									
Ação Nº 2 - Organizar o fluxo de atendimento de mulheres de área descoberta para atendimento ginecológico/mastologista para que possa ser solicitado os exames de mamografia									
Ação Nº 3 - Elaborar em conjunto com a SSREG e SSVS os fluxos de monitoramento de acompanhamento dos usuários com observância ao sistema SISCAN									
3. Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0			0,70	0,65	Razão	0,40	61,54
Ação Nº 1 - Organizar o fluxo de atendimento de mulheres de área descoberta									
Ação Nº 2 - Realizar a busca ativa das mulheres de 25 a 64 anos e realizar a coleta para exame citopatológico de colo uterino com periodicidade recomendada pelo MS									
Ação Nº 3 - Realizar medidas educativas em relação à importância do exame citopatológico para o câncer de colo do útero na população-alvo									
Ação Nº 4 - Elaborar em conjunto com a SSREG e SSVS os fluxos de monitoramento de acompanhamento dos usuários com observância ao sistema SISCAN									
4. Reduzir taxa de cesárea no município de Juiz de Fora	Taxa de cesárea	0			30,00	40,00	Taxa	56,59	141,48
Ação Nº 1 - Orientar sobre as recomendações e diretrizes estabelecidas pelo Programa Rede Cegonha em todas as Maternidades do município									

Ação Nº 2 - Monitorar o cumprimento de metas em todas as Maternidades beneficiadas pelo Programa Rede Cegonha solicitando Plano de Ação das respectivas Instituições para as metas não atingidas										
Ação Nº 3 - Seguir as recomendações estabelecidas pelo CONITEC para as indicações de cesareanas										
5. Reduzir a proporção de adolescentes grávidas no município de Juiz de Fora	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	0			5,00	9,00	Proporção	8,44	93,78	
Ação Nº 1 - Implementar o atendimento ginecológico para adolescentes										
Ação Nº 2 - Realizar atividades em parceria com a rede intersetorial para desenvolvimento de atividades educativas sobre planejamento familiar e direitos sexuais e reprodutivos										
Ação Nº 3 - Disponibilizar e facilitar o acesso pelas adolescentes aos métodos contraceptivos										
6. Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	Razão de morte materna	0			30,00	35,00	Razão	54,25	155,00	
Ação Nº 1 - Promover ações de qualificação da rede de serviços de assistência ao pré-natal e parto										
Ação Nº 2 - Garantir a qualidade do pré-natal de início precoce e busca ativa de gestantes faltosas										
Ação Nº 3 - Capacitar os profissionais da APS na temática Saúde da Mulher										
Ação Nº 4 - Operacionalizar a regionalização da assistência ao pré-natal, conforme capacidade instalada dos serviços de pré-natal do SUS e prestadores que fornecem tal assistência em 100% das UBS										
Ação Nº 5 - Conscientizar e sensibilizar profissionais da APS e gestantes à realização do parto normal										
Ação Nº 6 - Monitorar a cobertura da assistência puerperal em todas UBS										
Ação Nº 7 - Capacitação dos profissionais para a realização da assistência Puerperal										
Ação Nº 8 - Aumentar e monitorar a oferta da consulta puerperal										
7. Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	Atividades realizadas	0			48	12	Número	373,00	3.108,33	
Ação Nº 1 - Alinhar com a Secretaria de Esporte e Lazer a realização de atividades preventivas na manutenção da saúde e do bem-estar dos idosos										
Ação Nº 2 - Promover assistência multiprofissional aos idosos voltadas para prática de atividades de educação do movimento, coordenação e equilíbrio, cognitivas e marcha										
8. Implantar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Negra no SUS de Juiz de Fora, tendo como referência as diretrizes da Política Nacional	Política implantada	0			1	1	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Implantar a Saúde da População Negra em todas as UBS's do município										
Ação Nº 2 - Apoiar e fortalecer o Comitê Técnico de Saúde da População Negra para garantir o acesso aos dados epidemiológicos referentes a esta população										

### DIRETRIZ Nº 3 - Gestão estratégica, participativa e educação permanente

**OBJETIVO Nº 3.1** - Garantir uma gestão estratégica em saúde em Juiz de Fora, permitindo a tomada de decisões orientada por dados e indicadores, construídas em diálogo permanente com a sociedade, através dos conselhos locais, regionais e municipal de saúde, bem como promover educação permanente em saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	Atividades desenvolvidas	0			7.800	1.800	Número	1.016,00	56,44	
Ação Nº 1 - Atividades de educação permanente com profissionais da Atenção Primária e da Atenção Especializada										
Ação Nº 2 - Ofertar ações de educação permanente/continuada, com temas referentes a Vigilância em Saúde, para os profissionais de saúde dos serviços										
Ação Nº 3 - Ações de educação permanente intersetorial em saúde mental (6 ações realizadas, por ano)										
Ação Nº 4 - Capacitação das equipes da APS para realização da testagem rápida e diagnóstico de HIV e Sífilis nas Unidades Básicas de Saúde										
Ação Nº 5 - Promover ações de formação/aperfeiçoamento em tuberculose destinadas a profissionais do SUS										
Ação Nº 6 - Desenvolver parcerias com instituições de Ensino ou Hospitais de Ensino em vistas ao fortalecimento e ampliação da integração ensino/serviço – Programas de Residência Médica e Multidisciplinar										
Ação Nº 7 - Institucionalizar as parcerias com as Instituições ou Hospitais de Ensino para o planejamento e corresponsabilização de ações de saúde e de ensino e a pactuação das contrapartidas - Efetivação do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde										
Ação Nº 8 - Atividades de formação e qualificação dos Conselheiros de Saúde para a efetiva realização do controle social das políticas públicas de saúde										
Ação Nº 9 - Atividades de educação permanente da Urgência e Emergência										
Ação Nº 10 - Atividades de educação permanente da Vigilância Sanitária junto aos estabelecimentos inspecionados pelas equipes do DVISA										
Ação Nº 11 - Propor convênio a ser firmado entre a SS/PJF e Instituições de Ensino interessadas, em desenvolver estudo e diagnóstico sobre os determinantes sociais mais impactantes nas condições de morbimortalidade da população negra										

Ação Nº 12 - Inclusão dos temas "racismo" e "saúde da população negra" nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde no exercício do controle social na saúde									
2. Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	Etapas realizadas	0			3	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantação e revisão das redes estruturadas de comunicação de dados em todas as unidades de saúde de Juiz de Fora no que diz respeito a infraestrutura									
Ação Nº 2 - Geoprocessamento e gestão da informação									
Ação Nº 3 - Serviço de Telemedicina para o Município de Juiz de Fora									
3. Buscar mecanismos que garantam a manutenção/continuidade dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade e dos serviços estratégicos realizados pela rede credenciada do SUS municipal	Interações realizadas	0			196.560	48.000	Número	49.166,00	102,43
Ação Nº 1 - Serviços de Regulação dos procedimentos Ambulatorial de média e alta complexidade									
Ação Nº 2 - Serviços de Regulação dos procedimentos FAEC									
Ação Nº 3 - Serviços de Regulação dos procedimentos hospitalares de média e alta complexidade									
Ação Nº 4 - Incentivos referente as ações de assistência a saúde da Rede SUS ligados às atividades da Regulação									
4. Garantir o abastecimento de medicamentos da assistência farmacêutica em relação à cobertura e gerenciamento de estoque do ano anterior, tendo como base os itens essenciais	Estabelecimentos com fornecimento	0			83	83	Número	86,00	103,61
Ação Nº 1 - Elaborar quadrimestralmente os pedidos de compras de medicamentos com base na necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira (Adquirir medicamentos padronizados)									
Ação Nº 2 - Realizar análise de 100% dos processos de compras de medicamentos desde a elaboração do edital até a qualificação dos fornecedores (Qualificar licitações de medicamentos)									
Ação Nº 3 - Medir periodicamente o índice de cobertura de estoque									
Ação Nº 4 - Distribuir medicamentos periodicamente, de acordo com a demanda necessária a 83 estabelecimentos									
5. Garantir o fornecimento de insumos e materiais médico-hospitalares aos estabelecimentos de saúde dos diversos níveis de atenção básica, secundária e urgência e emergência	Estabelecimentos com fornecimento	0			83	83	Número	86,00	103,61
Ação Nº 1 - Elaborar quadrimestralmente os pedidos de compras e insumos e materiais médico- hospitalares essenciais com base na necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira (Adquirir insumos e materiais médico- hospitalares essenciais padronizados)									
Ação Nº 2 - Realizar análise de 100% dos processos de compras de insumos e materiais médico- hospitalares desde a elaboração do edital até a qualificação dos fornecedores (Qualificar licitações de insumos e materiais médico- hospitalares)									
Ação Nº 3 - Medir periodicamente o índice de cobertura de estoque									
Ação Nº 4 - Distribuir insumos e materiais médico- hospitalares periodicamente, de acordo com a demanda necessária a 83 estabelecimentos									
6. Disponibilizar aos usuários do SUS a realização de exames laboratoriais	Exames disponibilizados	0			5.246.120	1.301.585	Número	1.406.085,00	108,03
Ação Nº 1 - Regulação da oferta dos exames laboratoriais a população									
Ação Nº 2 - Manutenção das atividades do funcionamento do Laboratório do HPS, disponibilizando aos usuários em atendimento nas unidades SSUE, o acessos a exames laboratoriais de urgência e emergência									
Ação Nº 3 - Realização e análises de exames de CD4, CD8, Carga Viral e hepatites virais para monitoramento terapêutico da infecção pelo HIV									
7. Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	Ações promovidas	0			16	4	Número	3,00	75,00
Ação Nº 1 - Continuar a interface com os os atores externos (Judiciário, Defensorias e outros) visando garantir ressarcimento dos recursos gastos e de responsabilidade dos Entes da União e Estado									
Ação Nº 2 - Coordenar os trabalhos do Núcleo de Acolhimento de Demandas Especiais									
Ação Nº 3 - Promover atividades técnicas de avaliação das demandas judiciais conforme Portaria 2128/2014									
Ação Nº 4 - Manter o programa de distribuição de nutrição enteral no âmbito do município, evitando a demanda por mandado judicial – PMNEO									
8. Qualificar a atenção hospitalar no município de Juiz de Fora por meio de uma nova linha de financiamento do governo estadual para o serviço hospitalar, através de indicadores estabelecidos pelo Programa Valora Minas	Indicadores atendidos	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Formalizar e acompanhar os contratos dos Hospitais credenciados do Programa Estadual Valora Minas para o cumprimento dos indicadores do programa Estadual									
Ação Nº 2 - Formalizar e acompanhar o contrato do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira credenciado do Programa Estadual Valora Minas para o cumprimento dos indicadores do programa Estadual									
9. Mapear a situação de recursos humanos da Secretaria de Saúde, promovendo adequação do quadro de funcionários de acordo com a necessidade dos serviços disponíveis	Situação mapeada	0			1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Identificar os profissionais lotados na SS de acordo com o cargo, função desempenhada e lotação									
Ação Nº 2 - Identificar a formação dos profissionais da SS e a experiência profissional, com a lotação e a função desempenhada									
Ação Nº 3 - Identificar a necessidade do quantitativo de profissionais de cada setor por cargo e função									

**Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção**

<b>Subfunções</b>	<b>Descrição das Metas por Subfunção</b>	<b>Meta programada para o exercício</b>	<b>Resultados</b>
122 - Administração Geral	1	1.800	1.016
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	1
	Desenvolver ações de vigilância em Saúde do Trabalhador através das seguintes estratégias: visitas a ambientes formais de trabalho, identificação e busca dos trabalhadores do mercado informal; educação e informação em Saúde do Trabalhador vítima de acidente e doenças relacionadas ao trabalho, no âmbito do município e região de abrangência do CEREST	2.500	373
	Realizar atividades para garantir que o município tenha condições de responder às demandas referentes à diferentes epidemias e pandemias	5	11
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	3
	Mapear a situação de recursos humanos da Secretaria de Saúde, promovendo adequação do quadro de funcionários de acordo com a necessidade dos serviços disponíveis	1	0
301 - Atenção Básica	1	5	0
	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	1.016
	Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixa etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	5	4
	Desenvolver ações de enfrentamento às DANTs (Doenças e Agravos não Transmissíveis)	4	4
	Cumprir integralmente os resultados dos Indicadores Previnde Brasil, conforme os parâmetros do Ministério de Saúde no ano de referência	7	0
	Construir equipamentos de saúde nas diversas localidades do município, de forma a atender as demandas da sociedade de maneira territorializada e com a redução dos custos de aluguel e manutenção de prédios privados	2	0
	Reorganizar as ações de atenção à saúde, com foco na atenção primária, visando a melhoria da qualidade e do acesso, por meio da implementação de novos programas e ampliação da Estratégia de Saúde da Família nos territórios	25	124
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	1
	Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	0,50	0,21
	Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	6	3
	Garantir a realização dos serviços assistenciais prestados pelas equipes de saúde da Atenção Básica, junto aos usuários do sistema municipal	110	107
	Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	0,65	0,40
	Garantir o funcionamento, no município, das unidades de atenção especializada em saúde, promovendo as ações, conforme estabelecido nos programas federais, estaduais e municipais	5	4
	Reduzir a proporção de adolescentes grávidas no município de Juiz de Fora	9,00	8,44
	Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	35,00	54,25
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	11,41	13,20
	Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	12	373
	Implantar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Negra no SUS de Juiz de Fora, tendo como referência as diretrizes da Política Nacional	1	0
	Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	75,00	0,00
	Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	4	0
	Ampliar a cobertura populacional da Rede de Atenção Básica no município	80,63	64,45
	Aumentar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	60,00	56,81
	Adequar cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica, conforme recursos financeiros disponíveis e lei de responsabilidade fiscal	12,45	8,37
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1	5	0
	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	1.016
	Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixa etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	5	4
	Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	6	3

	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	1
	Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	0,50	0,21
	Garantir a cobertura do diagnóstico e do tratamento das infecções pelo HIV e ISTs para a população de abrangência do programa, visando sua ampliação de forma territorializada através dos equipamentos de saúde existentes	3.500	11.787
	Buscar mecanismos que garantam a manutenção/continuidade dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade e dos serviços estratégicos realizados pela rede credenciada do SUS municipal	48.000	49.166
	Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	0,65	0,40
	Reduzir taxa de cesárea no município de Juiz de Fora	40,00	56,59
	Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial, visando ampliação do acesso, através de adequação das unidades e parcerias estratégicas com instituições de ensino e institutos de saúde mental, proporcionando a melhoria da qualidade na assistência aos usuários de saúde mental	0	0
	Promover o atendimento em saúde mental, prestado no âmbito do SUS, próprio ou contratado	35	35
	Disponibilizar aos usuários do SUS a realização de exames laboratoriais	1.301.585	1.406.085
	Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	35,00	54,25
	Realizar atendimento aos usuários de saúde bucal nos serviços assistenciais ambulatoriais especializados e hospitalares	25.000	75.363
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	3
	Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	12	373
	Garantir o funcionamento das unidades de urgência e emergência, com ações relacionadas à área de assistência permitindo assim respostas rápidas e eficientes às demandas da população	9	9
	Qualificar a atenção hospitalar no município de Juiz de Fora por meio de uma nova linha de financiamento do governo estadual para o serviço hospitalar, através de indicadores estabelecidos pelo Programa Valora Minas	100,00	100,00
	Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100,00	100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	1	83	86
	Garantir o fornecimento de insumos e materiais médico-hospitalares aos estabelecimentos de saúde dos diversos níveis de atenção básica, secundária e urgência e emergência	83	86
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	3
304 - Vigilância Sanitária	1	8.000	2.129
305 - Vigilância Epidemiológica	1	4	4
	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	1.016
	Garantir a realização do conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos	5	6
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	1
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	11,41	13,20
	Aumentar o índice de proporção de registro de óbitos com causa básica definida	90,00	87,83
	Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	20,00	72,51
	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	85,00	100,00
	Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	75,00	0,00
	Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	4	0
	Reduzir a taxa mortalidade prematura	321,00	85,59
	Reduzir o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	35	124
	Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100,00	100,00
306 - Alimentação e Nutrição	1	25	124

**Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos**

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	54.408.982,54	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	54.408.982,54
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	384.000,00	22.834.522,39	184.860,09	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	23.403.382,48
	Capital	N/A	128.781,11	200.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	328.781,11
301 - Atenção Básica	Corrente	480.000,00	64.952.761,99	43.871.629,97	26.905.759,50	N/A	N/A	N/A	N/A	136.210.151,46
	Capital	N/A	4.058.812,28	3.791.140,33	6.039.246,22	N/A	N/A	N/A	N/A	13.889.198,83
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	698.070,00	173.840.684,72	452.081.287,59	83.479.103,65	278.979,78	N/A	N/A	N/A	710.378.125,74
	Capital	N/A	117.594,12	523.485,37	6.391.978,44	N/A	N/A	N/A	N/A	7.033.057,93
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	7.680,00	8.328.469,70	6.534.029,19	10.417.368,09	N/A	N/A	N/A	N/A	25.287.546,98
	Capital	N/A	15.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	15.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	1.493.762,76	302.004,60	1.128.620,00	N/A	N/A	N/A	2.949.664,25	5.874.051,61
	Capital	N/A	N/A	41.966,40	605.284,00	N/A	N/A	N/A	50.335,75	697.586,15
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	110.880,00	7.449.259,46	9.812.895,01	30.906.310,89	N/A	N/A	N/A	N/A	48.279.345,36
	Capital	N/A	N/A	634.242,50	6.416.529,36	N/A	N/A	N/A	N/A	7.050.771,86
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 16/03/2023.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

**7. Programação Anual de Saúde - PAS**

Desde o primeiro quadrimestre de 2022, a equipe da SSPGIP tem feito o monitoramento da Programação Anual de Saúde (PAS) junto às SGI's e as áreas técnicas. O monitoramento utilizou, principalmente, a ferramenta IDoc, institucionalizada como comunicação interna da Prefeitura de Juiz de Fora, enviando a planilha, no formato excel, contendo o acompanhamento das metas. A partir do segundo quadrimestre, o trabalho buscou fortalecer as análises das metas com reuniões quinzenais para alinhamento e construção de planos de ação.

Destacou-se, no decorrer do monitoramento do Plano de Saúde no 1º RDQA, a meta referente à implantação do Programa Amamenta e a Alimentação Brasil com Oficinas Piloto realizadas na UBS Marumbi, a conclusão das adequações dos equipamentos de saúde como a reforma da Regional Leste, a ampliação da UBS Cruzeiro do Sul e reforma da UBS Vale dos Bandeirantes. A meta referente às linhas de cuidado também foi abordada desde o primeiro quadrimestre, buscando resolver as problemáticas que circundam sua execução, definindo os processos prioritários e as ações estratégicas.

No segundo quadrimestre, dentro da metodologia das reuniões sistemáticas com o uso de uma planilha compartilhada, aprofundamos a análise e o acompanhamento das metas, principalmente as de cumprimentos parciais e não cumpridas que foram discutidas e alimentadas ponto a ponto em cada encontro realizado. Durante o período pôde-se produzir os consolidados das análises da PAS quanto ao atingimento ou não da meta programada, além do percentual alcançado no quadrimestre. Assim, foi possível realizar um acompanhamento concreto da evolução das metas, perpassando a produção de planos de ação e o desenvolvimento de estratégias, principalmente, nas metas que não atingiram o resultado planejado.

Já no último quadrimestre, finalizamos a análise da PAS quantitativamente e contabilizamos 18 metas com resultados satisfatórios, ou seja, com resultados acima de 90%. Além disso, outras 20 metas foram consideradas parcialmente cumpridas, o que significa que algumas das ações que compõem sua execução total foram realizadas. Já as 7 metas não cumpridas serão a fonte de atenção da gestão e as prioridades para o exercício do próximo ano.

## 9. Execução Orçamentária e Financeira

Sobre a indisponibilidade da versão de transmissão dos dados do SIOPS para o ano de 2022, consulte orientações [NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS](#)

### 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção												
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	427.563,12	69.833.818,69	30.789.144,21	4.121.663,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.172.189,77	
	Capital	0,00	947.984,95	263.567,60	602.473,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.814.025,70	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	655.842,84	175.572.904,83	305.101.447,23	43.326.415,80	164.327,09	0,00	0,00	0,00	0,00	524.820.937,79	
	Capital	0,00	161.640,98	1.057.744,77	12.311.928,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.531.314,06	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	7.278,72	18.803.493,63	4.889.936,26	3.612.931,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.313.639,82	
	Capital	0,00	7.084,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.084,00	
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	961.420,60	1.492.596,92	31.616,24	8.723,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.494.356,77	
	Capital	0,00	0,00	15.871,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.871,80	
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	217.971,63	7.678.389,50	7.419.030,73	2.460.200,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.775.592,76	
	Capital	0,00	0,00	0,00	483.858,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.858,40	
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	Corrente	390.126,31	76.229.590,78	867.225,11	559.040,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.045.982,30	
	Capital	1.849,83	36.301,84	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.251,67	
<b>TOTAL</b>		<b>2.662.053,05</b>	<b>350.763.806,12</b>	<b>350.438.683,95</b>	<b>67.487.234,63</b>	<b>164.327,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>771.516.104,84</b>	

(\*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/03/2023.

### 9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	23,99 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	53,31 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	35,67 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	73,41 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	64,67 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	44,18 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.342,34
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	41,59 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	3,58 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	44,56 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	2,05 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	1,93 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	63,64 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	30,63 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/03/2023.

### 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	576.486.598,75	576.486.598,75	622.264.638,92	107,94
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	225.079.665,08	225.079.665,08	228.291.892,20	101,43
IPTU	192.838.063,11	192.838.063,11	194.516.540,41	100,87
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	32.241.601,97	32.241.601,97	33.775.351,79	104,76
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	45.662.435,46	45.662.435,46	55.835.784,13	122,28



ITBI	44.942.887,42	44.942.887,42	55.330.862,08	123,11
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	719.548,04	719.548,04	504.922,05	70,17
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	209.329.831,29	209.329.831,29	214.072.670,15	102,27
ISS	199.793.209,17	199.793.209,17	208.874.678,72	104,55
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	9.536.622,12	9.536.622,12	5.197.991,43	54,51
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	96.414.666,92	96.414.666,92	124.064.292,44	128,68
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	<b>456.417.828,67</b>	<b>456.417.828,67</b>	<b>523.698.937,17</b>	<b>114,74</b>
Cota-Parte FPM	91.473.202,85	91.473.202,85	130.480.912,17	142,64
Cota-Parte ITR	210.272,57	210.272,57	207.347,68	98,61
Cota-Parte do IPVA	113.654.024,46	113.654.024,46	118.071.588,03	103,89
Cota-Parte do ICMS	248.199.956,36	248.199.956,36	271.807.193,80	109,51
Cota-Parte do IPI - Exportação	2.880.372,43	2.880.372,43	3.131.895,49	108,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)</b>	<b>1.032.904.427,42</b>	<b>1.032.904.427,42</b>	<b>1.145.963.576,09</b>	<b>110,95</b>

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
<b>ATENÇÃO BÁSICA (IV)</b>	69.011.574,27	75.562.588,27	70.781.803,64	93,67	69.992.331,12	92,63	69.404.718,22	91,85	789.472,52
Despesas Correntes	64.952.761,99	71.578.233,99	69.833.818,69	97,56	69.806.085,27	97,52	69.238.349,20	96,73	27.733,42
Despesas de Capital	4.058.812,28	3.984.354,28	947.984,95	23,79	186.245,85	4,67	166.369,02	4,18	761.739,10
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)</b>	173.958.278,84	182.332.777,09	175.985.676,54	96,52	173.243.793,97	95,02	172.582.809,55	94,65	2.741.882,57
Despesas Correntes	173.840.684,72	182.128.570,29	175.828.544,74	96,54	173.182.971,49	95,09	172.541.035,07	94,74	2.645.573,25
Despesas de Capital	117.594,12	204.206,80	157.131,80	76,95	60.822,48	29,78	41.774,48	20,46	96.309,32
<b>SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)</b>	8.343.469,70	19.695.865,10	18.810.577,63	95,51	15.715.756,01	79,79	12.864.912,55	65,32	3.094.821,62
Despesas Correntes	8.328.469,70	19.685.238,46	18.803.493,63	95,52	15.708.672,01	79,80	12.857.828,55	65,32	3.094.821,62
Despesas de Capital	15.000,00	10.626,64	7.084,00	66,66	7.084,00	66,66	7.084,00	66,66	0,00
<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)</b>	1.493.762,76	1.801.832,76	1.492.596,92	82,84	1.492.596,92	82,84	1.487.851,67	82,57	0,00
Despesas Correntes	1.493.762,76	1.801.832,76	1.492.596,92	82,84	1.492.596,92	82,84	1.487.851,67	82,57	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)</b>	7.449.259,46	8.108.259,70	7.678.389,50	94,70	7.678.389,50	94,70	7.658.673,11	94,46	0,00
Despesas Correntes	7.449.259,46	8.108.259,70	7.678.389,50	94,70	7.678.389,50	94,70	7.658.673,11	94,46	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)</b>	77.372.286,04	77.681.578,45	76.265.892,62	98,18	75.823.997,87	97,61	66.421.238,25	85,50	441.894,75
Despesas Correntes	77.243.504,93	77.617.415,10	76.229.590,78	98,21	75.823.997,87	97,69	66.421.238,25	85,58	405.592,91
Despesas de Capital	128.781,11	64.163,35	36.301,84	56,58	0,00	0,00	0,00	0,00	36.301,84
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>337.628.631,07</b>	<b>365.182.901,37</b>	<b>351.014.936,85</b>	<b>96,12</b>	<b>343.946.865,39</b>	<b>94,18</b>	<b>330.420.203,35</b>	<b>90,48</b>	<b>7.068.071,46</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	351.014.936,85	343.946.865,39	330.420.203,35
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A

(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	351.014.936,85	343.946.865,39	330.420.203,35
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			171.894.536,41
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	179.120.400,44	172.052.328,98	158.525.666,94
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	30,63	30,01	28,83

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2022	171.894.536,41	351.014.936,85	179.120.400,44	20.594.733,50	0,00	0,00	0,00	20.594.733,50	0,00	179.120.400,44
Empenhos de 2021	154.037.118,70	298.182.555,09	144.145.436,39	20.723.170,62	7.113.670,85	0,00	18.124.985,67	840.989,23	1.757.195,72	149.501.911,52
Empenhos de 2020	131.534.503,60	224.412.584,22	92.878.080,62	16.023.796,73	4.634.812,33	0,00	12.107.838,91	247.877,83	3.668.079,99	93.844.812,96
Empenhos de 2019	132.569.604,86	236.436.101,89	103.866.497,03	45.901.951,59	8.698.736,52	0,00	43.842.789,45	0,00	2.059.162,14	110.506.071,41
Empenhos de 2018	123.879.741,39	232.729.891,37	108.850.149,98	9.190.161,20	9.190.161,20	0,00	6.264.802,52	0,00	2.925.358,68	115.114.952,50
Empenhos de 2017	115.348.508,17	224.283.558,86	108.935.050,69	10.063.717,80	10.145.105,70	0,00	8.177.151,91	0,00	1.886.565,89	117.193.590,50
Empenhos de 2016	109.111.021,48	219.427.196,21	110.316.174,73	7.855.591,60	7.855.591,60	0,00	6.642.481,69	0,00	1.213.109,91	116.958.656,42
Empenhos de 2015	100.588.607,74	185.329.674,69	84.741.066,95	12.103.150,60	12.103.150,60	0,00	10.951.905,45	0,00	1.151.245,15	95.692.972,40
Empenhos de 2014	91.935.825,76	178.384.367,85	86.448.542,09	2.438.535,34	2.457.858,91	0,00	2.062.896,88	0,00	375.638,46	88.530.762,54
Empenhos de 2013	84.181.883,41	150.910.929,87	66.729.046,46	12.189.512,53	12.213.155,90	0,00	9.503.668,01	0,00	2.685.844,52	76.256.357,84

<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")</b>	<b>0,00</b>
--	-------------

<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)</b>	<b>0,00</b>
---	-------------

<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)</b>	<b>0,00</b>
--	-------------

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	688.546.720,98	693.890.932,18	493.511.778,26	71,12
Provenientes da União	516.806.520,83	517.706.520,83	362.278.470,84	69,98
Provenientes dos Estados	171.740.200,15	176.184.411,35	131.233.307,42	74,49
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	688.546.720,98	693.890.932,18	493.511.778,26	71,12

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	81.087.776,02	91.153.117,15	36.204.411,83	39,72	33.394.359,78	36,64	33.063.116,94	36,27	2.810.052,05
Despesas Correntes	71.257.389,47	80.113.530,22	35.338.371,08	44,11	33.004.126,13	41,20	32.733.143,93	40,86	2.334.244,95
Despesas de Capital	9.830.386,55	11.039.586,93	866.040,75	7,84	390.233,65	3,53	329.973,01	2,99	475.807,10
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	543.452.904,83	552.169.034,56	362.617.706,04	65,67	353.597.396,09	64,04	349.003.793,32	63,21	9.020.309,95
Despesas Correntes	536.537.441,02	533.683.148,63	349.248.032,96	65,44	341.377.917,33	63,97	336.827.436,56	63,11	7.870.115,63
Despesas de Capital	6.915.463,81	18.485.885,93	13.369.673,08	72,32	12.219.478,76	66,10	12.176.356,76	65,87	1.150.194,32
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	16.959.077,28	19.641.411,57	8.510.146,19	43,33	5.535.625,86	28,18	4.645.468,95	23,65	2.974.520,33
Despesas Correntes	16.959.077,28	19.641.411,57	8.510.146,19	43,33	5.535.625,86	28,18	4.645.468,95	23,65	2.974.520,33
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	5.077.875,00	5.208.477,34	1.017.631,65	19,54	929.714,53	17,85	885.750,41	17,01	87.917,12
Despesas Correntes	4.380.288,85	4.535.891,19	1.001.759,85	22,09	929.714,53	20,50	885.750,41	19,53	72.045,32
Despesas de Capital	697.586,15	672.586,15	15.871,80	2,36	0,00	0,00	0,00	0,00	15.871,80
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	47.880.857,76	48.910.130,59	10.581.061,66	21,63	9.157.038,42	18,72	8.950.840,57	18,30	1.424.023,24
Despesas Correntes	40.830.085,90	44.734.869,12	10.097.203,26	22,57	9.125.888,42	20,40	8.919.690,57	19,94	971.314,84
Despesas de Capital	7.050.771,86	4.175.261,47	483.858,40	11,59	31.150,00	0,75	31.150,00	0,75	452.708,40
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	768.860,09	5.345.461,44	1.821.341,35	34,07	1.673.968,24	31,32	1.666.405,26	31,17	147.373,11
Despesas Correntes	568.860,09	5.140.111,61	1.816.391,52	35,34	1.669.018,41	32,47	1.663.305,26	32,36	147.373,11
Despesas de Capital	200.000,00	205.349,83	4.949,83	2,41	4.949,83	2,41	3.100,00	1,51	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	695.227.350,98	722.427.632,65	420.752.298,72	58,24	404.288.102,92	55,96	398.215.375,45	55,12	16.464.195,80

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/e) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/e) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	150.099.350,29	166.715.705,42	106.986.215,47	64,17	103.386.690,90	62,01	102.467.835,16	61,46	3.599.524,57
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	717.411.183,67	734.501.811,65	538.603.382,58	73,33	526.841.190,06	71,73	521.586.602,87	71,01	11.762.192,52
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	25.302.546,98	39.337.276,67	27.320.723,82	69,45	21.251.381,87	54,02	17.510.381,50	44,51	6.069.341,95
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	6.571.637,76	7.010.310,10	2.510.228,57	35,81	2.422.311,45	34,55	2.373.602,08	33,86	87.917,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	55.330.117,22	57.018.390,29	18.259.451,16	32,02	16.835.427,92	29,53	16.609.513,68	29,13	1.424.023,24
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	78.141.146,13	83.027.039,89	78.087.233,97	94,05	77.497.966,11	93,34	68.087.643,51	82,01	589.267,86
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	1.032.855.982,05	1.087.610.534,02	771.767.235,57	70,96	748.234.968,31	68,80	728.635.578,80	66,99	23.532.267,26
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	690.546.720,98	717.696.946,82	418.090.245,67	58,25	402.109.098,85	56,03	396.117.577,41	55,19	15.981.146,82
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	342.309.261,07	369.913.587,20	353.676.989,90	95,61	346.125.869,46	93,57	332.518.001,39	89,89	7.551.120,44

FONTE: SIOPS, Minas Gerais 17/02/23 12:09:21

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

#### 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10128502120YD - EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	R\$ 43.537,34	0,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 37.966.154,77	30569730,43
	10301501921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	R\$ 72.819,15	0,00
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 300.000,00	300000,00
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 17.031.611,00	10645905,26
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 244.318.689,78	236451119,37
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 3.891.966,48	3356031,42
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 374.927,20	47488,04
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 8.593.388,56	7453305,21
	10306503320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 50.000,00	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

#### 9.5. Covid-19 Repasse União

**Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)**

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	3.950.561,32	0,00	3.950.561,32
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	15.690.363,93	6.531.965,91	22.222.329,84
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
<b>Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)</b>	<b>19.640.925,25</b>	<b>6.531.965,91</b>	<b>26.172.891,16</b>

**Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)**

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	681.513,35	681.513,35	681.513,35
Atenção Básica	247.904,00	241.820,00	241.820,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.581.060,45	5.521.719,59	5.473.810,55
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6.510.477,80</b>	<b>6.445.052,94</b>	<b>6.397.143,90</b>

**CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RE**

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo bimestral (R insc em 2021 - Saldo bimestre R processado) i = (a - e)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	1.096.352,82	5.789.104,54	6.885.457,36	1.094.284,02	2.068,80	0,00	4.709.791,05	362.060,26	
Atenção Básica	0,00	6.084,00	6.084,00	2.481,00	200.255,24	202.736,24	2.481,00	0,00	0,00	177.705,04	790,60	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.909,04	59.340,86	107.249,90	2.833.594,65	4.880.686,27	7.714.280,92	2.833.594,65	0,00	0,00	3.971.928,78	908.757,49	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	6.916,35	6.916,35	0,00	0,00	0,00	6.916,35	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>47.909,04</b>	<b>65.424,86</b>	<b>113.333,90</b>	<b>3.932.428,47</b>	<b>10.876.962,40</b>	<b>14.809.390,87</b>	<b>3.930.359,67</b>	<b>2.068,80</b>	<b>0,00</b>	<b>8.866.341,22</b>	<b>1.271.608,35</b>	

Gerado em 16/03/2023 09:47:46

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

**Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)**

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	531.742,33	7.955.556,69	8.487.299,02
<b>Total</b>	<b>531.742,33</b>	<b>7.955.556,69</b>	<b>8.487.299,02</b>

**Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)**

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	8.260.743,16	8.260.743,16	8.169.584,83
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	112.371,63	112.371,63	112.371,63
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.373.114,79</b>	<b>8.373.114,79</b>	<b>8.281.956,46</b>

**CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo em 2021 - Saldo bimestre RPs processados j= (b - ...)
	Administração Geral	91.158,33	0,00	91.158,33	238.808,71	107.499,20	346.307,91	238.808,71	0,00	0,00	107.499,20	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	33.934,42	33.934,42	0,00	0,00	0,00	33.934,42	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>91.158,33</b>	<b>0,00</b>	<b>91.158,33</b>	<b>238.808,71</b>	<b>141.433,62</b>	<b>380.242,33</b>	<b>238.808,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>141.433,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Gerado em 16/03/2023 09:47:46

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

**9.7. Covid-19 Repasse Estadual**

Não há informações cadastradas para o período da Covid-19 Repasse Estadual.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

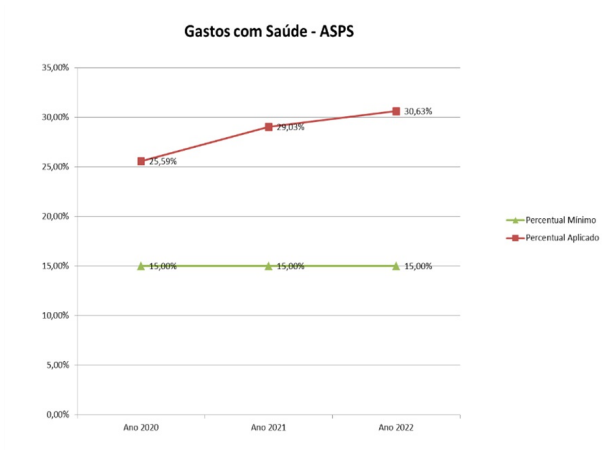
**9. Execução Orçamentária e Financeira**

Todos os dados apresentados no Capítulo 9 são extraídos do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Nota-se a permanência do detalhamento da aplicação dos recursos disponibilizados para o enfrentamento à pandemia pelo COVID 19.

Cabe ao gestor de saúde, a garantia de registro dos dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), nos prazos definidos, assim como pela fidedignidade dos dados homologados, aos quais conferirá fé pública para todos os fins previstos na Lei Complementar n.º 141.

Uma das principais funcionalidades do SIOPS é calcular automaticamente a aplicação mínima da receita de impostos e transferências vinculadas às ações e serviços públicos de saúde de cada ente federado.

Em 2022, foi aplicado o percentual de 30,63% da receita da Prefeitura de Juiz de Fora em ações e serviços públicos de saúde, considerando a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais e as despesas empenhadas no período, valores bem superiores ao percentual de aplicação mínima estipulada pela Emenda Constitucional Federal n.º 29, de 2000.



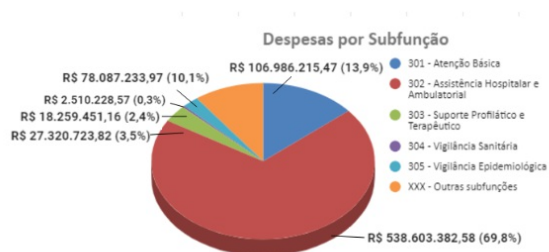
O valor aplicado em ASPS com recursos próprios pelo município de Juiz de Fora neste exercício teve sua distribuição nas seguintes categorias de gastos, demonstrando predominante aplicação em pessoal.



Os recursos transferidos de outros entes ao município de Juiz de Fora em 2022 totalizaram R\$ 493.511.778,26 sendo R\$ 362.278.470,84 pela União e R\$ 131.233.307,42 pelo Estado. As transferências apresentaram a seguinte proporção:



As despesas totais com Saúde executadas com recursos próprios e com recursos transferidos de outros entes, totalizaram o montante de R\$ 771.767.235,57 (valores empenhados). Foram distribuídas pelas subfunções da seguinte forma:



A constante busca pela melhor aplicação dos recursos sempre será o principal objetivo a ser alcançado, para que a população do município possa usufruir de um serviço de saúde de qualidade, com toda agilidade e cuidado que os cidadãos necessitam.

## 10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00737.006306/2021-06	Judiciário - determinação	-	DROGACESAR - DROGARIA CESAR LTDA	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 16/03/2023.

### Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 16/03/2023.

#### • Análises e Considerações sobre Auditorias

##### 10. Auditorias

Durante a discussão entre o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DCAA/SSREG/SS com o Núcleo Estadual foi informado sobre a possível entrada de um novo sistema em substituição ao Sisaud. No decorrer de 2022, ainda não tivemos informações conclusivas acerca da troca do sistema, portanto, estamos aguardando orientações acerca do sistema de auditoria SUS a ser utilizado.

SUBSECRETARIA DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA - RELATÓRIOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO ANO 2022 - DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA/DCAA/SSREG/SS/PJF.					
DATA	DEMANDANTE	AUDITORIA Nº	FINALIDADE	RECOMENDAÇÃO	CONCLUÍDOS E ENCAMINHADOS
14/1/22	DCAA	AE 001/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar os prontuários "in loco", verificando a descrição cirúrgica e o uso de OPM - Prestador: Instituto Oncológico	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor analisou os 3 (três) prontuários, e que os pacientes foram submetidos aos procedimentos propostos, compatíveis com os códigos cobrados e as OPM foram realmente utilizadas e devidamente registradas.	Arquivo do DCAA, SSREG
16/3/22	DCAA	AE 002/2022	Auditoria Operacional Regular, com a finalidade de avaliar o funcionamento do serviço de fisioterapia ambulatorial da Unidade Dom Bosco, no HU/UFJF	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o fisioterapeuta concluiu que os pacientes marcam as sessões diretamente no ambulatório de fisioterapia do HU/UFJF/DOM BOSCO. A Secretaria de Saúde/PJF não exerce nenhum controle sobre a autorização dos procedimentos. Verificou que existe uma lista de espera para início de tratamento. Piscina para atendimento aquático está parada devido a mal funcionamento nas bombas. Não estão encaminhando a produção mensal para o DCAA analisar a guias. Recomenda-se que se faça a regulamentação de autorização do acesso via SISREG, encaminhar mensalmente a produção de fisioterapia para análise do DCAA, consertar a piscina e disponibilizar atendimento aquático aos pacientes. Melhorar o processo de confirmação de presença do paciente.	Arquivo do DCAA, SSREG, HU/UFJF
22/2/22	DGDE	AE 003/2022	Apuração dos fatos, para verificar a utilização de placa e parafusos, referente a internação no HU/UFJF: Paciente Lislayne de Fátima Santana Teixeira	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas a placa e parafusos: Paciente Lislayne de Fátima Santana Teixeira	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 13.782/2022
14/3/22	DGDE	AE 004/2022	Apuração dos fatos, para verificar a utilização de placa e parafusos, referente a internação na HMTJ: Paciente Maria Aparecida da Silva.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que foram utilizadas a placa e parafusos: Paciente Maria Aparecida da Silva.	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 14.508/2022
3/3/22	DGDE	AE 005/2022	Apuração dos fatos, para verificar a utilização de placa e parafusos, referente a internação na SCMJF: Paciente Rafael Antônio Henriques da Silva	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas a placa e parafusos: Paciente Rafael Antônio Henriques da Silva	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 17.775/2022
5/4/22	SS	AE 007/2022	Análise do prontuário do paciente: Wilson de Paula Pires, internado no ASCOMCER. Verificar o motivo da internação e o tratamento dispensado.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, as médicas auditoras concluíram que o paciente recebeu atendimento médico clínico durante todo o período de internação, até a presente data; o mesmo internou-se no dia 24/02/2022 com todos os exames prontos e teve a sua primeira visita com o médico oncologista no dia 10/03/2022; em conversa com os familiares, nos foi relatado que a assistência clínica e hospitalar foi excelente, o que realmente faltou foi a presença do médico especialista em oncologia, que se deu apenas no 15º dia de internação. Encaminhado o relatório de auditoria ao prestador para ciência e manifestação quanto às informações relatadas no relatório.	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 33.632/2022
18/3/22	DCAA	AE 009/2022	Apuração dos fatos, para verificar a utilização de OPME e internação não registrada no SUSFÁCIL, para autorização de AIH manual. Hospital Evandro Ribeiro. Pacientes Alexandra Fialho de Freitas e Anabelly Vitoria Fernandes Santos.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas a OPME, referente ao Implante Coclear e as internações foram efetivadas. Não foram registradas no Susfácil devido a erro do prestador, sendo autorizadas a emissão de AIH manual em ambos os casos.	Arquivo do DCAA, envio ao SIH/PJF para solicitar à SES a numeração de AIH manual.
29/3/22	DRIH	AE 010/2022	Análise do prontuário do paciente: Jorge Luiz Januario, internado no IBG Saúde. Verificar o motivo do cancelamento de um laudo no Susfácil.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que existe a informação na plataforma SUSfácil de que houve cancelamento da primeira solicitação por necessidade de correção, porém não foi descrito qual informação precisava ser corrigida, seja no prontuário médico ou na plataforma SUSfácil. No entanto, no mesmo dia que foi cancelada a primeira solicitação, foi feita a segunda. Além disso, o paciente realizou o exame de CPRE no HU-UFJF no dia 14/03/2022, conforme descrito em prontuário médico.	Arquivo do DCAA, envio do relatório ao DRIH, 1Doc Memorando 20.125/2022



12/4/22	DRIH	AE 012/2022	Análise do prontuário "in loco", com objetivo de averiguar a internação e o tratamento dispensado, para a paciente N.M.P.S. (SUSfácil 158340719), no Instituto Oncológico	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que "Certificado após avaliação de prontuário que a paciente em questão esteve em avaliações ambulatoriais em nas datas de 09/12/2021 e 20/01/2022. Na data de 24/03/2022 foi internada no instituto oncológico onde foi submetida a ressecção cirúrgica em 25/03/2022 (como consta em descrição cirúrgica)".	Arquivo do DCAA, 1Doc Ofício 7.741/2022
18/4/22	DGDE	AE 013/2022	Análise do prontuário "in loco", com objetivo de averiguar a internação e o uso de OPME, no Hospital Monte Sinai, em cumprimento de ordem judicial. Paciente Leonardo Nascimento Mendes.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas a OPME e comprovou a internação no Hospital Monte Sinai, em cumprimento de ordem judicial. Paciente Leonardo Nascimento Mendes.	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 33.156/2022
07/06/22	DCAA	AE 008/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar os prontuários "in loco", respectivos às numerações das AIHs relacionadas acima, averiguando a conformidade dos procedimentos realizados - Prestador: ASCOMCER	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que o faturamento do código 04.15.03.001-3 - TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO não está justificado nas 26 AIH's dos pacientes avaliados. Recomendando o não faturamento do código 04.15.03.001-3 - TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO.	Arquivo do DCAA, Memorando 17.281/2022 - 1DOC
21/06/22	DCAA	AE 014/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar o prontuário "in loco" apurar fatos durante a internação do paciente, para verificar reclamação de familiares relativo aos cuidados com o paciente - Prestador: Hospital Ana Nery	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que pelas análises feitas do prontuário, não foi detectado indício de negligência no cuidado do paciente em questão.	Arquivo do DCAA, Memorando 60.158/2022 - 1DOC
12/05/22	DCAA	AE 015/2022	Apuração dos fatos, para verificar a utilização de placa e parafusos, referente a internação na SCMJF: Paciente Samir Sol Viana	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas a placa e parafusos: Paciente Samir Sol Viana	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 43.227/2022
31/05/22	DCAA	AE 016/2022	Análise dos prontuários para averiguar a internação, o tratamento dispensado e o lançamento dos códigos dos procedimentos a serem cobrados pelo faturamento no Hospital Ana Nery.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que sob ponto de vista de diagnóstico médico, caberia a adequação da cobrança para os códigos 03.03.08.006-0 - TRATAMENTO DE ESTAFILOCOCCIAS ou 03.03.08.007-8 - TRATAMENTO DE ESTREPTOCOCCIAS, a critério do prestador, uma vez que não foi identificado o agente etiológico específico, que entretanto é um desses dois agentes em praticamente 100% dos casos.	Arquivo do DCAA, 1Doc Ofício 10.643/2022
26/05/22	DCAA	AE 017/2022	Análise do prontuário "in loco", para verificar a internação, o tratamento dispensado e a utilização de OPME referente a internação no Hospital UNIMED: Paciente ANTONIO PEREIRA SAMPAIO.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que o procedimento e as OPME foi realizado com sucesso.	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 46.252/2022
20/05/22	DCAA	AE 018/2022	Análise do prontuário "in loco", com objetivo de averiguar a internação, o tratamento dispensado, compreender e fornecer subsídios acerca da essencialidade e indisponibilidade na SIGTAP dos insumos pleiteados na ação judicial, para o paciente Rubens Rogerio Galinhes Groppo, em atendimento à demanda de ordem judicial. Prestador SCMJF.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que pelo exposto em prontuário médico que se trata de paciente com patologia com risco de vida, não havendo outra possibilidade terapêutica que não a proposta pela equipe médica assistente. As OPME solicitadas não estão disponíveis no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos (SIGTAP). Recomendando prosseguir com procedimento proposto pela equipe médica assistente da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 49.250/2022
05/07/22	DPCO	AE 019/2022	Solicitação de auditoria nas internações em leitos de UTI COVID 19, conforme disponibilização e habilitação dos mesmos no CNES (HMTJ, HRJP e Ana Nery), bem como dos leitos não habilitados, cuja produção teve que ser lançada nos leitos de UTI normal, para processamento da produção nas competências fevereiro, março e abril/22 (Sta. Casa, HSVP e IBG).	Após atender a determinação do Departamento DPCO, os médicos auditores concluíram os relatórios de auditoria, averiguando se o tratamento dispensado nos pacientes internados nos leitos de UTI, são os compatíveis com as diárias e o informado por cada prestador. Os relatórios foram encaminhados ao departamento DPCO para prosseguimento do pagamento aos prestadores, conforme Portarias do Ministério da Saúde: Portaria GM/MS nº 977, DE 28/04/2022 e Portaria GM/MS nº 1308, de 30/05/2022	Arquivo do DCAA, 1Doc Memorando 51.466/2022
13/07/22	SS	AE 020/2022	Em atendimento à demanda do Secretário de Saúde e do Ministério Público de Minas Gerais, para realizar inspeção conjunta da Subsecretaria de Vigilância em Saúde e da Subsecretaria de Regulação nos UNACONS (Ascomcer, Instituto Oncológico e IBG Saúde), com o objetivo de responder aos questionamentos constantes no Ofício do MPMG.	Após atender a determinação do Secretário de Saúde e do Ministério Público de Minas Gerais, foi realizada a inspeção conjunta da Subsecretaria de Vigilância em Saúde e da Subsecretaria de Regulação nos UNACONS (Ascomcer, Instituto Oncológico e IBG Saúde), com o objetivo de responder aos questionamentos constantes no Ofício do MPMG.	Memorando 52.277/2022; 52.267/2022; 52.293/2022
04/07/21	DCAA	AE 021/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar o prontuário "in loco", para verificar a internação e a utilização das OPM, para pagamento ao prestador, em atendimento à demanda de ordem judicial. Prestador SCMJF.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que pelo exposto em prontuário médico que foi realizado o procedimento cirúrgico proposto, com utilizações materiais, honorários médicos e diárias que constam no processo e na conta do paciente. Através da descrição cirúrgica, da folha de sala e das embalagens anexas ao prontuário, há evidência da utilização do material pleiteado e autorizado	Memorando 60.309/2022
12/07/22	DGDE	AE 022/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar o prontuário "in loco", realizando conferência da utilização de OPME ( VÁLVULA P/ HIDROCEF. NPH- C/ANTI CÂMARA (AUTO REGULÁVEL), da cirurgia neurológica realizada na SCMJF, para posteriormente encaminharmos a nota fiscal para procedimento de liquidação.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foram utilizadas no procedimento cirúrgico, realizado em 06/04/2022, na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCMJF): 01 válvula baixo fluxo íntegra NPH C/RESERV autorregulável. As anotações na folha de sala sobre os produtos utilizados durante o procedimento cirúrgico conferem com os materiais discriminados na nota fiscal.	Memorando 62.810/2022
28/07/22	SSREG	AE 023/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar o prontuário "in loco" na HMTJ, para averiguar a internação e a utilização das OPME, em atendimento à demanda de ordem judicial, para posteriormente encaminharmos a nota fiscal para procedimento de liquidação.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que foi realizado o tratamento endovascular (embolização com molas destacáveis de platina - Target-Stryker em um total de 12 unidades) no aneurisma cerebral localizado na transição dos segmento carvenoso e elinoideo da artéria carótida interna esquerda. O procedimento foi realizado com sucesso, ocorrendo oclusão total do aneurisma, fluxo intracraniano preservado, com paciente apresentado melhora dos sintomas e sem a ocorrência de novos déficits.	Memorando 66.315/2022

15/08/22	DRIH	AE 024/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de avaliar o prontuário "in loco" na SCMJF, objetivo de fornecer subsídios acerca da essencialidade e indisponibilidade na Tabela SIGTAP dos insumos e procedimento pleiteados na ação judicial.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, o médico auditor concluiu que "trata -se de afecção com necessidade de tratamento de alta complexidade, necessitando de transferência para serviço que disponha de neurocirurgia endovascular. O tratamento proposto seria o de código 04.03.07.005-8 - EMBOLIZAÇÃO DE ANEURISMA CEREBRAL MAIOR QUE 1,5 CM COM COLO LARGO".	Memorando 77.517/2022
26/08/22	OMS	AE 025/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde	Após atender a determinação do gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, este procedimento ainda não se encontra em tabela SUS, não há estimativa de preço e nem do código do mesmo no SIGTAP.	Memorando 78.342/2022 e Memorando 82.279/2022
06/09/22	SS	AE 026/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de verificar se o número de fisioterapeutas atuantes na UTI do Hospital de Pronto Socorro Municipal (HPS) está efetivamente atendendo a demanda, conforme as determinações da Resolução nº 7/2010, em determinação do MPMG	Após atender a determinação da gerente do DCAA, o auditor concluiu que: há falta de profissionais fisioterapeutas na UTI e enfermarias, o que compromete a qualidade da assistência fisioterapêutica prestada aos usuários, há irregularidades apontadas no CNES. A carga horária e o número de profissionais fisioterapeutas na UTI do Hospital está abaixo das 18 horas diárias de atuação, não atendendo ao preconizado no inciso IV, Art 14 da RDC no 07/2010 "Fisioterapeutas: no mínimo 01 (um) para cada 10 leitos ou fração, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 18 horas diárias de atuação". O número de profissionais fisioterapeutas alocados na UTI do Hospital de Pronto Socorro Municipal não está efetivamente atendendo à demanda do serviço.	Memorando 79.083/2022
31/08/22	DRIH	AE 027/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de averiguar o tratamento dispensado e fornecer subsídios acerca da essencialidade e indisponibilidade na Tabela SIGTAP, para a paciente internada na HMTJ.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, o auditor concluiu que: Considerando a exiguidade de tempo e a premência da situação, a presente demanda dispensa avaliação "in loco", uma vez que o diagnóstico já é plena e suficientemente conhecido, assim como as opções terapêuticas para o tratamento da doença em questão. É PROCEDENTE, como primeira escolha, a opção pelo tratamento endovascular do aneurisma de que a paciente é portadora, através do implante de stent diversor de fluxo. O procedimento NÃO É DISPONIBILIZADO pelo SUS, assim como as respectivas próteses e demais materiais indispensáveis à sua realização, todos devidamente registrados na ANVISA.	Memorando 81.620/2022
23/09/22	IBG Saúde	AE 028/2022	Averiguar a internação , o tratamento dispensado e o lançamento dos códigos dos procedimentos a serem cobrados pelo faturamento do Hospital IBG Saúde, sobre a cobrança de material excedente utilizado, uma vez que já havia sido feito a análise do prontuário pela Supervisora Hospitalar e não houve concordância da alteração do código pelo prestador.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a auditora concluiu que: Considerando a consulta ao SIGTAP (Sistema de gerenciamento a tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS). Sugere-se a retirada da cobrança do material excedente.	Ofício 18.282/2022
04/10/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 029/2022 complementar	Solicitação de negativa para procedimento oclusão percutânea da regurgitação paraprotética mitral , tendo em vista que a família manifestou interesse em possível ação judicial	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os médicos cardiologistas do DCAA/SSREG/SS concluíram que o relatório médico enviado pelo médico assistente refere que a paciente necessita de um implante de oclusor obliterando o vazamento da bioprótese mitral, já que o procedimento cirúrgico convencional envolve risco proibitivo. O procedimento em questão não foi incorporado ao SUS pela CONITEC.	Memorando 89.876/2022
06/10/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 030/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente G.C.S.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apta a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando 96.979/2022 e Memorando 97.636/2022
29/11/22	SS	AE 031/2022	Averiguar a internação e o tratamento dispensado ao paciente no HU/UFJF, referente a denúncia de familiar feita ao Ministério Público, com alegação de não ter recebido as devidas orientações sobre os cuidados após alta hospitalar.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que o Após análise minuciosa das informações, conclui-se que o paciente teve atendimento hospitalar, propedêutica e tratamento adequados. Segundo evoluções médicas descritas em prontuário médico, o paciente esteve vigil e orientado durante a internação com aparente capacidade de entendimento. Porém, não consta registrado qualquer informação referente a esclarecimentos dados à esposa sobre quadro clínico do paciente. Vale ressaltar que essa auditoria analisou aspectos técnicos e contou apenas com relatórios realizados de forma escrita em prontuário físico e digital, não ouvindo relato verbal de ambas as partes.	Memorando nº 107.813/2022
29/11/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 033/2022	Solicitação de negativa de .Fechamento percutâneo de Comunicação Interatrial, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente A. M. R.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os médicos cardiologistas do DCAA/SSREG/SS concluíram que: Considerando que a paciente possui 64 anos de idade e que a idade máxima é de 21 anos para este procedimento ser liberado pela Tabela SIGTAP-SUS; Sob ponto de vista técnico da indicação do procedimento, os Auditores da Cardiologia emitiram parecer FAVORÁVEL.	Memorando nº 113.932/2022

29/11/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 034/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente N. S. M. G.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apta a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando nº 113.935/2022
22/12/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 036/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente R.C.	Gentileza DESCONSIDERAR este Memo, uma vez que a demanda foi encerrada pela OMS, conforme Despacho 4- Memorando115.607/22.	Memorando nº 122.597/2022
19/12/22	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 038/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente A. J. A.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apta a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando nº 121.101/2022
30/12/22	DGDE	AE 039/2022	Auditoria de Conformidade especial para verificação de uso de OPME em cirurgia ortopédica, realizada no HU/UFJF, com a finalidade de comprovação de uso do seguinte material: placa prótese reversa + parafusos (descrito em nota fiscal) para artroplastia parcial de ombro, em cumprimento de ordem judicial.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que houve a cirurgia para a paciente em questão com o uso devido do material ortopédico citado na nota fiscal. Recomendamos que seja reportado aos solicitantes que o uso do material citado ocorreu devidamente de acordo com as documentações.	Memorando nº 119.350/2022
23/12/22	DGDE	AE 040/2022	Auditoria de Conformidade especial para averiguar a internação, o tratamento dispensado e a utilização de OPME, em cumprimento de ordem judicial, no Hospital Unimed.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que após analisar o prontuário do paciente J.A.S, certificamos que o procedimento IMPLANTE DE PRÓTESE VALVAR AÓRTICA PERCUTÂNEA (TAVI), foi realizado com a utilização das OPME.	Memorando nº 119.202/2022
11/01/23	Ouvidoria Municipal de Saúde	AE 041/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvidoria Municipal de Saúde - paciente E. P. M.	Após atender a determinação do gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apta a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando nº 3.621/2023

## 11. Análises e Considerações Gerais

### 11. Análises e Considerações Gerais

O Relatório Anual de Gestão 2022 possui cinco marcos fundamentais. O primeiro é que este é o documento inicial relativo ao Plano Municipal de Saúde 2022 - 2025, constando os resultados alcançados na Programação Anual de Saúde de 2022. O segundo é que este é o primeiro relatório do novo Plano Municipal que teve ampla discussão e efetiva participação do controle social na gestão municipal do SUS em Juiz de Fora.

O Conselho Municipal de Saúde, com ampla participação social, composto também pelos conselhos regionais e locais, mantém uma intensa rotina de reuniões deliberativas mensais, além das reuniões extraordinárias, bem como reuniões também mensais com representantes dos conselhos regionais e locais. Além disso, é ator importante que ampara as tomadas de decisões da gestão municipal, atuando ativamente e registrando as deliberações e posicionamentos em resoluções aprovadas em cada reunião.

Como terceiro marco deste relatório anual de 2022, foi consolidada uma dinâmica interna na gestão da secretaria de saúde, uma agenda de discussão, monitoramento e avaliação detalhada de cada uma das 46 metas do plano, que resultou em vários planos de ação para melhoria e alcance dos resultados. Em quarto, um marco extremamente importante dessa gestão foi que, em conjunto com o conselho, desenvolveu-se pela primeira vez a rotina de acompanhamento e discussão, com uma agenda programada, ao longo do ano de 2022 dos relatórios trimestrais (RDQAs), aprimorando em conjunto as análises e entendimento de nossa Programação de Saúde.

Por último, ressaltamos que conseguimos cumprir satisfatoriamente 18 metas, com 90% e atingimos 20 metas parcialmente. Tal resultado, diante de uma retomada dos investimentos e focos na saúde pós pandemia trazem os esforços da gestão no enfrentamento à pandemia do COVID-19.

Ao finalizarmos este exercício é importante trazermos, para além das atividades regulares dos serviços de saúde municipais, todas as ações que a Secretaria de Saúde desenvolveu buscando promover o bem-estar e a saúde das pessoas e a consolidação de nossas diretrizes e objetivos, principalmente, a diretriz 2 que é a Promoção integral e igualitária do cuidado na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar.

Neste sentido, logo no início de 2022, no mês de Janeiro, dando início à vacinação pediátrica contra o coronavírus foi realizada uma live sobre vacinação de crianças, com a professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Margareth Dalcolmo, para tirar as dúvidas de pais e responsáveis sobre a vacinação infantil e poder esclarecer sobre a eficácia dos imunizantes nas crianças. E no dia do farmacêutico, possibilitando a divulgação do importante papel deste profissional que atua nos diversos serviços do SUS no município, contribuindo no cuidado e acompanhamento farmacoterapêutico do paciente, foram realizadas atividades que envolvem a distribuição de cartilhas, a aferição de pressão arterial e tira dúvidas. Com ampla divulgação efetuou chamamento público criando o programa municipal "FormaSUS" que destina-se ao preenchimento de vagas de estágio multidisciplinar de graduação, para alunos cursando entre o 2o e o 8o período da faculdade no momento da admissão, viver na íntegra a experiência de estar no Sistema Único de Saúde (SUS).

No mês de Fevereiro, com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção à Saúde através de práticas educacionais e aprimorar os processos de trabalho na Atenção Primária à Saúde e na Assistência Ambulatorial Especializada, focando nos eixos de cuidado materno infantil e doenças crônicas; hipertensão arterial, diabetes e doença renal foi realizada adesão ao Projeto Saúde em Rede, da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) e a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

Em março, no dia mundial da saúde bucal, visando reforçar com a população a importância do autocuidado com a higiene oral e incentivando a busca pela consulta ao dentista previamente, não apenas em caso de alteração ou dor foi oportunizado o momento para reflexão e informação sobre doenças bucais que prejudicam a saúde e a qualidade de vida, como a cárie, doenças periodontais, como gengivite, cálculos dentais, perda óssea e a mobilidade dentária, mau hálito, câncer bucal e outras enfermidades.

Ocorreu também capacitação de profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) para utilização do Prontuário Eletrônico nas unidades recém-informatizadas com objetivo de preparar os servidores da saúde para o manuseio do Sistema de Informação em Saúde; participaram do treinamento os agentes comunitários de saúde, enfermeiros e médicos, este projeto é um avanço na atenção primária para todas as equipes e para o melhor atendimento aos usuários, visando criar uma rede estruturada de comunicação e dados entre as UBSs e mais agilidade na assistência.

Destaque para o lançamento da política de promoção à saúde negra cujo objetivo inicial é levantar um diagnóstico da realidade de cada comunidade, e posteriormente promover intervenções para agilizar o acesso à saúde da população negra e pela preparação da equipe de cada UBS para aplicação dos questionários à população; promoção da equidade e amparo a quem está mais exposto a risco de adoecer e vir a óbito; combate às doenças e o racismo institucional e estrutural, dando condições mais dignas à saúde integral da população negra.

No mês de abril, aconteceu a Semana da Saúde no Brasil, em comemoração do Dia Mundial da Atividade Física e do Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, tentando combater o sedentarismo e promover a saúde, simultaneamente, foi ofertado momentos de atividades físicas aos usuários, pela Secretária de Saúde (SS) em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer (SEL) realizando práticas corporais e atividades físicas.

A relevância neste mês ficou com a escolha de Juiz de Fora como uma das referências do país na estratégia de divulgação de um curso a ser ministrado para os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Além das atribuições comuns a todos os profissionais da equipe de AB, os ACSs e ACEs realizam diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe; desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas; realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, entre outros.

Foi também no primeiro quadrimestre de 2022 que o Conselho Municipal de Saúde realizou eleições para a composição dos novos conselheiros para a gestão 2022-2024. Foram realizadas eleições nas diferentes unidades básicas de saúde, tanto na região urbana quanto na região rural, elegendo conselheiros locais, regionais e municipais. A nomeação da nova gestão foi publicada nos atos do governo através do Decreto no 15.187 de 27 de abril de 2022, cujo mandato se iniciou no dia 01/05/2022 e irá até 01/05/2024.

O município vem buscando consolidar o ciclo de monitoramento e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora (SMS/PJF) e compatibilizar os instrumentos de gestão, bem como desenvolver e consolidar as políticas integradas e intersetoriais em saúde para alcançar as diretrizes propostas e pactuadas. Dentre todas as ações desenvolvidas destacam-se algumas neste segundo quadrimestre.

Como atividades de políticas integradas e intersetoriais, citamos durante o mês de maio, o lançamento do projeto "Saúde em Movimento", que reúne as Secretarias de Saúde (SS) e de Esporte e Lazer (SEL) na realização da prática de atividades físicas como promotoras de saúde no território das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com oficinas de culinária oferecidas na atenção básica para pessoas com diabetes em parceria com a faculdade de nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com o tema: "Os alimentos inflamatórios".

A Secretaria de Saúde realizou também um evento integrado para debater o trabalho de luta contra a Dengue, Zika e Chikungunya com a realização do I Seminário de Ações do Agente Comunitário de Saúde (ACS) no Enfrentamento da Dengue e outras Arboviroses. Ainda em relação a ações de Promoção à Saúde foram desenvolvidas rodas de conversa com idosos na atenção básica da zona rural com a temática "A importância da enfermagem na atenção à saúde". O Dia Nacional da Luta Antimanicomial foi comemorado com uma série de eventos voltados à conscientização sobre os tratamentos mentais e comemorações pela extinção dos manicômios em Juiz de Fora com o tema: Saúde Mental se faz com o povo: por um SUS Antimanicomial.

Em comemoração ao Dia Mundial de Doação de Leite Humano, celebrado em 19 de maio, a Secretaria de Saúde realizou uma série de eventos, reuniões, palestras e rodas de conversa por intermédio do Banco de Leite Humano (BLH). Também foi realizado o evento Encontros e Diálogos: Tecendo redes e estratégias para o fortalecimento da saúde integral da população negra". A ação é resultado de uma parceria entre o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado à Secretaria de Saúde, e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Este foi o primeiro de uma série de encontros que tem como objetivo estabelecer conversas, promovendo e conscientizando sobre as políticas públicas de atenção à saúde integral da população negra de Juiz de Fora.

Em mais uma ação intersetorial, o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), da Subsecretaria de Administração e Finanças (SSAF), vinculada à Secretaria de Saúde (SS), protagonizou ainda em maio um curso voltado aos secretários, professores e diretores das escolas e creches municipais sobre o uso correto dos medicamentos em ambientes de ensino. O evento seguiu as orientações da Portaria no 554/2022, que normatiza a ministração de medicamentos pelos profissionais da educação nas creches e escolas da rede municipal de ensino, em conformidade com o que determina o Ministério da Saúde. Durante a Semana do Meio Ambiente, foram promovidas visitas domiciliares a fim de orientar moradores quanto aos cuidados com o lixo doméstico e cuidados relacionados aos criadouros do mosquito transmissor das arboviroses, como é o caso do Aedes aegypti, transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya.

Já em comemoração ao Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, celebrado em 28 de maio, aconteceu, buscando conscientizar a população sobre a saúde da mulher durante o período gravídico-puerperal, por meio do Comitê Municipal de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, uma semana inteira de debates, rodas de conversa e workshops, voltados para estudantes, profissionais de saúde e a população em geral.

Ressalta-se também que se iniciou a aplicação da terceira dose da vacina contra a Covid-19 para os adolescentes, de 12 a 17 anos, logo após o recebimento da nota técnica do Governo Federal com as informações e orientações necessárias e o repasse dos imunizantes por parte do Governo do Estado de Minas Gerais. No final do mês de Maio aconteceram várias ações em relação ao Dia Mundial Sem Tabaco, tais como: ações de promoção à saúde com abordagem social às pessoas tabagistas, orientações com profissionais, panfletagem e distribuição de mudas, a 27a Capacitação em abordagem capacitação dos profissionais da rede, na abordagem intensiva ao fumante.

Em junho houve uma ação conjunta e contínua do programa municipal: Programa Boniteza, envolvendo várias secretarias. Os Agentes de Combate a Endemias realizam vistorias nas residências, inspeção cuidadosa de caixas d'água, calhas e telhados, bem como orientações quanto à prevenção às arboviroses. Além disso, as equipes realizaram o recolhimento de entulhos que possam favorecer a proliferação de focos do mosquito.

A saúde também participou do Primeiro Seminário de Governança, "Saúde e Cidade: Perspectivas e Desafios", da Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora (SRS-JF), apresentando ao todo sete trabalhos. Além disso, o evento contou com a participação de vários representantes de outros municípios.

A Vigilância em Saúde (SSVS) iniciou a aplicação da quarta dose e apresentou atualizações para pessoas vacinadas com o imunizante Janssen, sendo liberada a aplicação da segunda dose de reforço para pessoas com idade entre 18 e 39 anos de idade, bem como a aplicação de um terceiro reforço para pessoas com 40 anos ou mais de idade.

Com foco no idoso e no envelhecimento saudável, uma vez que o nosso município tem 19% da população acima de 60 anos, foi realizada uma agenda conjunta entre as várias áreas técnicas da saúde e da o secretária de Esporte e Lazer, a fim de fortalecer o Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida, estabelecendo uma parceria entre a SS e a Secretaria de Educação e Lazer (SEL) para a realização de atividades físicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). O objetivo foi incentivar a prática de atividades físicas por meio de nove UBSs do município e no Serviço de Atenção à Saúde do Idoso (SASI).

Foi realizado também um mutirão de pesagem para famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil que vivem em áreas descobertas por uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município, em cumprimento às condicionantes do programa e a observância ao calendário nacional de vacinação instituído pelo Ministério da Saúde e acompanhamento do estado nutricional dos beneficiários que tenham até seis anos de idade, mulheres entre 14 e 44 anos e pré-natal para as gestantes. Destaca-se também a grande adesão dos cidadãos à Campanha de Vacinação contra a Covid-19, apesar do aumento de casos e óbitos registrados no país, os números da cidade seguem em patamares inferiores. Entre os dias 22 e 29 de junho de 2022, a cidade registrou 968 casos confirmados e quatro mortes. No mesmo período em 2021, foram computados 1.203 casos e 50 óbitos por Covid-19. São dados que mostram como foram fundamentais os trabalhos desempenhados pela PIF juntamente com o apoio e a participação da população.

Vale ressaltar que continuamos também exitosos na aplicação da quarta dose para as pessoas com 30 anos ou mais. Quem recebeu a D3 há mais de quatro meses pôde buscar pela sua vacina. Já a vacinação infantil

contra a Covid-19 da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) teve uma novidade no mês de Julho. O imunizante Corona Vac foi utilizado na aplicação em todas as crianças de três a quatro anos. No final de julho ainda tivemos outra ação fundamental para o fortalecimento do SUS, no eixo da educação permanente as Oficinas de Educação Permanente em Saúde para o Enfrentamento às Arboviroses para todos os Agentes Comunitários de Saúde.

Em Agosto, a Política Municipal de Saúde Integral da População Negra foi iniciada e a primeira etapa de capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) Em celebração ao mês de incentivo ao aleitamento materno, Agosto Dourado, o Banco de Leite Humano (BLH), da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), realizou uma série de eventos educativos e de conscientização, que incluíram oficinas, cursos e salas de espera ao longo do mês, iniciando com o ζMamaçoζ, ação que reuniu mulheres que amamentam para uma roda de conversa no centro da cidade.

Em relação à situação epidemiológica da doença no município, cabe destacar que não registramos casos de raiva em cães e gatos desde o ano de 1998. Em contrapartida, são registrados casos de raiva em bovinos e equinos, frequentemente na zona rural, transmitida principalmente por morcegos hematófagos. Outra ação de prevenção importante que aconteceu em agosto foi a Campanha Nacional contra a Poliomielite para crianças de um ano até quatro anos, 11 meses e 29 dias de idade.

Ao mesmo tempo, com o intuito de atualizar o cartão vacinal das crianças e dos adolescentes até 14 anos, 11 meses e 29 dias, foi realizada multivacinação com a aplicação de diversos imunizantes. Para melhorar os nossos indicadores de cobertura vacinal e atingir o máximo do público alvo, foi preparado uma série de postos itinerantes, para complementar a oferta dos imunizantes realizada pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Ainda como prática de prevenção e promoção de saúde foram realizadas ações de conscientização sobre os riscos que o consumo de produtos derivados de tabaco podem causar à saúde em função do Dia Nacional de Combate ao Fumo. No âmbito da educação permanente, o planejamento e a metodologia das oficinas de capacitação dos profissionais de saúde para o preenchimento das fichas de notificação de casos de suspeita ou confirmação de alguma forma de violência pautaram mais um encontro do eixo de educação continuada do Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes. O projeto é realizado em parceria pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Já em função do Dia Nacional de Prevenção de Acidentes na Infância foi realizada A Semana Municipal de Prevenção de Acidente Infantil, com o objetivo de alertar sobre a importância da prevenção de acidentes na redução da morbimortalidade infantil. O Comitê Municipal de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal realizou palestras, salas de espera e uma mobilização no centro da rua Calçada da Rua Halfeld, com foco nos profissionais de saúde e educação, estudantes e população.

Em setembro, a Secretaria de Saúde realizou a abertura do podcast Cultura de Paz Entrevista com o tema Saúde Mental e abriu a série do podcast Cultura de Paz Entrevista nesta segunda-feira, 19, na Rádio Facom, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A iniciativa integra o projeto de extensão Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, parceria entre a PJF e a UFJF, O Projeto é uma parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e busca contribuir para o desenvolvimento do Plano Municipal de Fortalecimento da Vigilância das Causas Externas da PJF. A iniciativa tem duração de seis meses e vai contar, ainda, com fóruns e campanhas que pretendem alcançar as comunidades e sensibilizá-las para o debate sobre o tema e para a busca de soluções para as diferentes demandas.

Ainda em setembro, dentro do projeto Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, com o objetivo de capacitar os profissionais de saúde de Juiz de Fora para o preenchimento das fichas de notificação de casos de suspeita ou confirmação de alguma forma de violência, aconteceu a primeira oficina do Eixo de Educação Continuada. Foram quatro turmas capacitadas na oficina realizada nos períodos da manhã e da tarde. A oficina trabalhou questões teóricas e práticas voltadas para a sensibilização dos profissionais no momento de abordagem e do reconhecimento das vítimas de violência, bem como debates acerca da prática profissional. Além disso, também foi ressaltada a importância do preenchimento da ficha para o levantamento de dados do quadro das violências que acontecem em Juiz de Fora.

Várias ações de vacinação ocorreram ao longo do mês. A secretaria realizou duas grandes campanhas de multivacinação em setembro Além das vacinas contra a Covid-19 e Influenza para todos os públicos disponíveis, incluindo as crianças de 3 e 4 anos, a quarta dose para as pessoas de 18 anos ou mais e a quinta dose para os imunossuprimidos de 18 anos ou mais, também serão aplicados os imunizantes de rotina e contra a poliomielite, no contexto da Campanha de Vacinação Contra a Poliomielite e Multivacinação para atualização vacinal de crianças e adolescentes.

Em setembro, aconteceu também uma ação de educação em saúde com os profissionais da equipe do Estratégia Saúde da Família (ESF). Eles realizaram palestra, na obesidade, hipertensão arterial e Diabetes Mellitus, abordando suas causas, consequências e melhorias do estilo de vida. Foi também promovido um coffee break com alimentos saudáveis e distribuição de receitas de fácil preparo que ajudam no controle das DCNT.

Em outubro, a PJF tornou facultativo o uso de máscaras faciais na cidade, inclusive em equipamentos de saúde Segue obrigatório, porém, a utilização de máscaras faciais por trabalhadores de saúde nos Serviços de Saúde Públicos e Privados de Atenção Primária à Saúde, Atenção Secundária e Atenção Terciária, Instituições de Longa Permanência (ILPI), Comunidades Terapêuticas e Serviços Residenciais Terapêuticos. Para visitantes, pacientes e acompanhantes no ingresso e frequência, eventual ou permanente, nos recintos acima citados, o uso segue recomendado.

Apesar da liberação, continua sendo recomendada a utilização em ambientes, abertos ou fechados, em que haja aglomeração de pessoas, como repartições públicas, comércios, bancos, elevadores, academias, táxi, aplicativos de transporte, ônibus, escolas, creches, cinemas, teatros, igrejas e demais ambientes da iniciativa privada.

Ainda neste mês de outubro a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) divulgou a assinatura do convênio junto ao Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) que garantiu o aumento da oferta de leitos e serviços de saúde aos usuários do SUS em Juiz de Fora. Neste hospital, o número de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para recém-nascidos e crianças (atendimento neonatal e pediátricos) foi ampliado para vinte unidades. Com a nova parceria, entre outros pontos, a rede foi expandida em quatro leitos de ortopedia; foram ampliados o número de procedimentos ortopédicos de média e alta complexidade, incluindo os que necessitem de placas bloqueadas; a expansão de quatro leitos de pediatria (enfermaria); a realização de Cirurgias Pediátricas; a ampliação das internações Hospitalares de média complexidade, chegando ao total de 1000 procedimentos/mês só nesta unidade; o atendimento cirúrgico à criança com pé torto congênito; além da oferta de 20 procedimentos eletroencefalograma (ENMG).

Ao longo do mês, foram realizadas mais campanhas de vacinação COVID-19 bem como campanha de multivacinação Buscando ampliar a cobertura da Campanha de Vacinação Contra a Poliomielite e Multivacinação para atualização vacinal de crianças e adolescentes, e em virtude do Dia D de Vacinação Antirrábica na Zona Urbana, os imunizantes de rotina e contra a poliomielite, voltada apenas para crianças de 1 ano a quatro anos, 11 meses e 29 dias, serão aplicados somente para crianças e adolescentes de um ano a 14 anos, 11 meses e 29 dias. Também foram aplicadas, mas somente para este público, as vacinas contra a Covid-19 e Influenza.

Em outubro, a secretaria de saúde recebeu 24 novos equipamentos hospitalares. Ao todo, foram seis desfibriladores; três oxímetros de pulso (aparelho que mede a oxigenação do sangue); dois colposcópios (aparelhos usados para exame ginecológico; dois bisturis elétricos); um auto refrator, utilizado em exames oftalmológicos; uma cadeira ortomórfica de última geração; duas serras de gesso; um doppler venoso (que avalia possíveis problemas circulatórios nos membros inferiores e posteriores do corpo); três carros de urgência; e três aspiradores de secreção. Os equipamentos entregues contribuirão diretamente para a melhoria do atendimento à população de Juiz de Fora e toda região da Zona da Mata, através das unidades de saúde do Pam Marechal, e Departamentos de Saúde da Mulher, Gestante, Criança e Adolescente (DSCA) e Saúde Bucal (DSB).

Dando continuidade ao projeto de extensão ζCultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redesζ, aconteceram mais quatro oficinas de capacitação dos profissionais de saúde do município. Com estes trabalhos, passaram a ser 12 o total de oficinas até então desenvolvidas pelo eixo de Educação Continuada. A meta é realizar 16, com mais uma data programada para 17 de novembro. Até o momento, 111 profissionais já passaram pelas oficinas do Projeto.

A Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (CMS-JF) realizaram também no mês de outubro, a abertura oficial das Oficinas de Educação Permanente dos Conselheiros e Conselheiras Locais, Regionais e Municipais de Saúde. No evento, foram capacitados Conselheiros de Saúde, representando 12 regiões de saúde da cidade. A Palestra Magna, com o tema O Sistema Único de Saúde: Gestão, Financiamento e o Controle Social em Tempos de Crise, foi proferida pela doutora em Saúde Coletiva, Danielle Teles da Cruz, professora do Depto de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professora dos Programas de Pós Graduação em Saúde Coletiva e Mestre Profissional Saúde da Família e pesquisadora de Políticas Públicas de Saúde. O Outubro Rosa foi marcado por várias ações, destacando-se uma ação da Farmácia Central, vinculada ao departamento de assistência farmacêutica (DAF), da Secretaria de Saúde (SS), que ofertou uma cartilha contendo as vias de acesso para o exame clínico das mamas, mamografia e o preventivo (Papanicolaou), apresentando os grupos prioritários para tais procedimentos, vacinação para saúde da mulher, sinais e sintomas, fatores de risco e protetores para o câncer de mama e do colo do útero.

Durante a ação, foi também disponibilizado um espaço dedicado sobre como as mulheres devem observar suas mamas: alteração da forma, coloração, presença de líquidos e nódulos. Destaca-se também a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) realizou ações e palestras voltadas ao Outubro Rosa na Unidade Básica de Saúde (UBS) Industrial. O evento celebrou o mês de conscientização da saúde da mulher na Escola Municipal Pedro Nagib Nasser. Essa programação faz parte de uma série de eventos realizados durante este mês em diversas UBSS espalhadas pelo município.

Marcando a última ação do Outubro Rosa, o setor de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), da Secretaria de Saúde (SS), realizou "O Outubro Rosa da Vigilância". A ação teve como público alvo servidoras e servidores da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que participaram de um jogo de perguntas e respostas sobre o câncer de mama organizado pela enfermeira Ana Beatriz Querino. Com o jogo, foi possível descontração, aprendizado e conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce, realização de mamografia e as altas taxas de mortalidade por câncer de mama.

Em novembro, a SS promoveu uma programação especial em comemoração ao Novembro Verde. A iniciativa buscou a valorização e a divulgação da Homeopatia. Nesse sentido, o Serviço de Práticas Integrativas e Complementares (SPIC), da Secretaria de Saúde (SS), programou uma série de eventos especiais com o intuito de divulgar o tratamento homeopático.

Em novembro também a UBS de Santa Cecília realizou uma Oficina Culinária do Diabético Buscando a mudança de hábito alimentar do diabético, garantindo assim sua autonomia no tratamento. Durante o mês de novembro. Durante todo o mês de novembro a SS realizou várias ações de vacinação. Na próxima quarta-feira, 16, a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), realiza uma campanha de multivacinação, das 8h às 16h, com vacinas contra a Covid-19, influenza, meningite, além de imunizantes de rotina. Foi também com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal, a campanha de multivacinação na instituição foi uma oportunidade para usuários, familiares e colaboradores colocarem seus respectivos esquemas vacinais em dia.

Em novembro, tivemos também ações do novembro azul. A Farmácia Central da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), realizou uma ação de conscientização e educação em saúde sobre o câncer de próstata e saúde do homem. Foram distribuídas cartilhas com informações a respeito da saúde do homem, envolvendo vacinação (HPV), do câncer de próstata e pênis e o fluxo na rede assistencial do SUS municipal para os exames de toque retal e antígeno prostático específico (PSA). Também foram disponibilizados também laços na cor azul (símbolo da campanha) e um envelope contendo um vale corte de cabelo e barba, além de um sabonete e um passo a passo de como higienizar corretamente o pênis, trazendo informações em alusão à campanha ζLave o Dito Cujoζ do Instituto Lado a Lado Pela Vida, para prevenção do câncer de pênis.

Aconteceu também a última rodada de oficinas de capacitação dos trabalhadores da área, realizada pelo projeto ζCultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redesζ, parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No total, foram quatro encontros com 16 oficinas entre os meses de setembro e novembro. Cerca de 300 profissionais de saúde passaram pela Faculdade de Enfermagem e interagiram com os integrantes do projeto, com experiências de vida e com o compartilhamento de conhecimentos.

Em dezembro, aconteceu com o tema Prevenção à Violência contra Pessoas Idosas, o terceiro Fórum Online do projeto Cultura de Paz e Prevenção das Violências: tecendo redes. Ainda neste mês houve outro Fórum com o tema A violência silenciosa na infância e adolescência, agendado para o dia 16 de dezembro. O Fórum, em formato presencial, aconteceu na mesma data da Feira da Cultura de Paz. O Cine Theatro Central foi o cenário destes eventos. Na sequência do projeto, o Podcast "Cultura de Paz Entrevista" abordou os impactos das violências na saúde e valorização do profissional da área.

A Farmácia Central desenvolveu uma ação em saúde abordando o tema HIV/AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em alusão ao Dezembro Vermelho, onde destacou-se o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, celebrado no dia 1º de dezembro, e a Campanha Nacional de Prevenção. Dentre as ações voltadas para o Dezembro Vermelho, houve a distribuição de cartilhas, o laço vermelho símbolo da campanha, do preservativo

externo (masculino), roda de conversas, instrução de como utilizar o preservativo interno (feminino) e o externo, o fluxo na rede SUS para a testagens sorológicas, a prevenção combinada ao HIV e as ISTs, envolvendo a profilaxia pré-exposição (PrEP), com o uso contínuo de antirretrovirais, para reduzir o risco de adquirir a infecção, e à pós-exposição (PEP), com o uso destes medicamentos em situações de exposição ao vírus.

Ainda em dezembro o Conselho Municipal de Saúde (CMS) aprovou o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2021, elaborado pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), por meio da Secretaria de Saúde (SS). Já o Laboratório do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS) e o Laboratório Central (Lacen), da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), receberam selo de excelência do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ), vinculado à Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), referente a 2022. O laboratório do HPS, pelo quinto ano consecutivo, obteve a excelência, conforme a pesquisa nacional.

Encerramos o ano de 2022 já com o foco para 2023 em aprimorar o alcance de nossas metas e melhorar os resultados. Mas, é importante e fundamental ressaltarmos que no primeiro ano do nosso plano as metas ainda sem cumprimento correspondem a apenas 15% e o nosso cumprimento já atingiu, satisfatoriamente, 39% das metas.

## 12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Finalizando o ano de 2022 com um cenário estável em relação à pandemia da Covid-19, podemos avaliar a execução do Plano Municipal de Saúde (PMS) em seu primeiro ano e projetar um planejamento mais assertivo e focado em melhores resultados para o ano de 2023. Em relação a primeira diretriz que norteia o plano, referente a reorganização das redes de atenção à saúde, recomenda-se a continuidade do processo de informatização e modernização da gestão do SUS (informatização das UBS), no município, para que seja possível impactar continuamente na melhoria das filas de exames, consultas, cirurgias e outros procedimentos do SUS em Juiz de Fora, com vistas a garantir maior transparência e segurança aos usuários, visto que a eficiência na comunicação é um dos componentes da estruturação da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Ainda em relação à reorganização das redes de atenção à saúde, recomenda-se aprimorar o objetivo de qualificar a atenção básica, promovendo a articulação dos pontos de atenção, adequando os equipamentos de saúde, ampliando o acesso e a eficiência no atendimento aos usuários do SUS, para promover respostas rápidas e eficientes às demandas da população. Reafirma-se também, nesse aspecto, a manutenção do compromisso de fortalecimento da participação social no município, principalmente estreitando as relações entre a gestão e o conselho municipal de saúde, na elaboração, análise e contínua avaliação.

Já diante da segunda diretriz de promoção integral e igualitária do cuidado na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, que concentra cerca de 50% das nossas metas, faz-se necessário avaliar e/ou rever a execução das mesmas a fim de melhorar o alcance dos seus indicadores. Várias reformulações propostas para o exercício de 2023 integram a agenda de planejamento das áreas técnicas, tais como: renovação da frota de ambulâncias, reformulação do funcionamento do setor de regulação de internação eletiva; reorganização das vistorias in loco pela equipe de regulação de internação de urgência nos hospitais SUS de Juiz de Fora; liberação de leitos hospitalares, humanização da assistência, redução de custos e manutenção do custeio da atenção domiciliar, pelo Ministério da Saúde, melhoria da integração com Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE) em relação ao atendimento aos mandados judiciais, criação do plano de cuidado farmacêutico para todas as unidades.

Por fim, na última diretriz que compõe o plano, de gestão estratégica, participativa e educação permanente, entende-se que o município deve consolidar esse importante instrumento com o objetivo de aumentar as boas práticas em saúde, melhorar os nossos resultados e fortalecer os usuários e trabalhadores do SUS. Recomenda-se, portanto, que as metas com cumprimento parcial e as não cumpridas possam ser novamente avaliadas e revisadas na Programação Anual de Saúde (PAS) do ano subsequente, com a construção de uma agenda permanente de monitoramento, ações estratégicas e elaboração de planos de ação articulados com as áreas técnicas, de forma a seguir o ciclo do planejamento (PDCA) visando a integração com os novos programas municipais, estaduais e federais.

---

IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI  
Secretário(a) de Saúde  
JUIZ DE FORA/MG, 2022

## Parecer do Conselho de Saúde

### Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:  
Sem Parecer

### Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:  
Sem Parecer

### Auditorias

- Considerações:  
Sem Parecer

### Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:  
Sem Parecer

### Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:  
Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

JUIZ DE FORA/MG, 16 de Março de 2023

---

Conselho Municipal de Saúde de Juiz De Fora